



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Avaliação do
Impacto em Crianças e Respetivos Cuidadores

Telma Isabel Lopes Grazina

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar,
ISCTE- IUL

Coorientadora:

Dra. Rute Agulhas, Professora Assistente Convidada,
ISCTE- IUL

Outubro, 2016

Agradecimentos

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, que nem sempre foi fácil, mas foi com muito esforço e dedicação que no final vejo que o objetivo a que me propus, foi alcançado. Sinto um orgulho enorme.

À Professora Joana Alexandre por ter aceitado ser minha orientadora, pela partilha de conhecimentos e sugestões, pela clareza de ideias perante algumas das minhas dificuldades, pela disponibilidade constante e por fim, pela amizade.

À Professora Rute Agulhas, pela disponibilidade e energia constantes, pela partilha de conhecimentos e sugestões, pela enorme força, e vontade de fazer sempre mais e melhor.

A ambas, obrigada pelo profissionalismo e perfeccionismo, pela enorme capacidade de empatia, pela vossa paciência e empenho constantes, determinação e optimismo. Obrigada pela vossa contribuição. Foi óptimo trabalhar convosco.

A todos os pais/cuidadores e crianças que participaram e contribuíram para a realização deste trabalho, sem eles não teria sido possível.

Às minhas colegas de mestrado, Magda Moita, por tudo o que partilhámos e pela motivação que demos uma à outra, à Lara Kahrel, à Catarina Rodrigues, à Sandra Ornelas, à Nicole Figueiredo e ao Bruno, e, à Patrícia Costa, pela amizade e disponibilidade constantes e por estar sempre lá para me ouvir. Um obrigada muito especial à Professora Helena Carvalho, pela ajuda, disponibilidade e prontidão na resposta às minhas dúvidas estatísticas.

À minha família pelas palavras de apoio. Às estrelinhas que brilham no céu.

Por fim, quero agradecer à pessoa mais especial da minha vida, o meu marido, a quem agradeço todo o apoio, toda a paciência, todas as palavras, todas as sugestões, todos os conselhos, o não me ter deixado desistir nunca, mostrando-me sempre o lado positivo das coisas. Sem ti não teria sido possível.

Um muito obrigada a todos vós!

Resumo

O abuso sexual é uma problemática complexa, com graves consequências para as vítimas, sua família e comunidade, a curto, médio e longo prazo, pelo que a prevenção primária se assume como fundamental. Considerando a escassez de programas e materiais em Portugal que visem de forma específica a prevenção primária e considerando a elevada prevalência do abuso em crianças entre os oito e os 13 anos de idade, o presente trabalho pretende avaliar o impacto do jogo de prevenção primária “Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2016), destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, nas crianças e respetivos cuidadores. Participaram 11 pais/cuidadores e 14 crianças, com aplicação de questionários antes e depois de terem jogado o jogo, para avaliar conhecimentos e competências associados à prevenção do abuso sexual. Os resultados demonstram que o jogo promove a aquisição de alguns conhecimentos e competências, quer nas crianças (e.g., dizer “não”) quer nos cuidadores (e.g., falar sobre abuso sexual não é traumatizante para as crianças). Conclui-se, assim, a importância de avaliar a eficácia de materiais e programas de prevenção primária do abuso sexual, contribuindo para monitorizar o seu impacto e adequar intervenções para o público-alvo a quem se destinam.

Palavras-Chave: abuso sexual; prevenção primária; pais/cuidadores; crianças; avaliação.

Classificação:

2956 Childrearing & Child Care

4200 Forensic Psychology & Legal Issues

4270 Crime Prevention

Abstract

Sexual abuse is a complex problem with serious consequences for the victims, their families and communities, in the short, medium and long term, hence primary prevention is assumed as fundamental to avoid sexual abuse. Considering the lack of programs and materials in Portugal, aimed specifically for primary prevention and considering the high prevalence of abuse in children between eight and thirteen years old, this study aims to evaluate the impact of primary prevention game “Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Aguilhas, Figueiredo & Alexandre, 2016), directed to children between six and ten years old, on themselves and their respective caregivers. 11 parents/caregivers and 14 children have participated with the application of questionnaires before and after playing the game, to evaluate knowledge and skills associated with the prevention of sexual abuse. The results demonstrate that the game promotes the acquisition of some knowledge and skills, both in children (e.g., say "no") and/or in caregivers (e.g., talk about sexual abuse is not traumatizing for children). In summary, it's concluded, therefore, the importance of evaluating the efficacy of materials and primary prevention programs of child sexual abuse, contributing to monitor their impact and adjust interventions for the target audience to whom they are intended.

Keywords: sexual abuse; primary prevention; parents/caregivers; children; evaluation.

Classification:

2956 Childrearing & Child Care

4200 Forensic Psychology & Legal Issues

4270 Crime Prevention

Índice

Introdução	1
Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e adolescentes: Evolução Histórica, Teórica e Legal	5
1.1. Abuso Sexual: O que é?	8
1.2. Enquadramento Legal em Portugal.....	11
1.3. Prevalência do Abuso Sexual.....	12
1.4. Fatores de Risco e de Proteção.....	13
1.5. Indicadores de Abuso Sexual.....	15
1.6. Consequências do Abuso Sexual.....	16
Capítulo II – Prevenção do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	17
2.1. Materiais de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	19
2.2. Campanhas de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	20
2.2.1. Projecto CARE - Rede de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual – APAV.....	20
2.3. Materiais Didáticos de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes...21	
2.3.1. A Educação Sexual no Contexto da Formação Profissional.....	21
2.3.2. Abuso sexual: mitos e realidades.....	21
2.3.3. Aprendendo a Prevenir: Orientações para o Combate ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	21
2.3.4. Linhas Orientadoras para Atuação em Casos de Indícios de Abuso Sexual de Crianças e Jovens.....	21
2.4. Jogos de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	22
2.4.1. Coletas y Verdi	22
2.4.2. Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral	22
2.5. Programas de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	24
2.5.1. Who do you tell?	24
2.5.2. Child Abuse Prevention (CAP)	24
2.5.3. Child Abuse Prevention Program (CAPP)	25
2.5.4. Body Safety Training	25
2.5.5. Red Flag, Green Flag People	26
2.5.6. Feeling Yes, Feeling No	26

2.5.7. Stop It Now!	27
2.5.8. Talking About Touching	27
Capítulo III – Avaliação do Impacto do Jogo – Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos	29
3.1. Objetivos.....	30
3.2. Hipóteses.....	31
Capítulo IV – Método.....	33
4.1. Delineamento	33
4.2. Participantes	33
4.3. Instrumentos.....	34
4.3.1. Questionário dos Adultos.....	34
4.3.2. Questionário das Crianças.....	35
4.4. Procedimento	36
4.4.1. Procedimento de Recolha.....	36
4.4.2. Procedimento de Análise	37
Capítulo V – Resultados.....	39
Capítulo VI – Discussão.....	51
Referências.....	59
Anexo A – Questionário dos Adultos.....	69
Anexo B – Questionário das Crianças.....	73
Anexo C – <i>Flyers</i>	78
Anexo D – Descrição do Projeto.....	79
Anexo E – Procedimento.....	81
Anexo F – Consentimento Informado.....	83
Anexo G – Dicionário de Categorias.....	85

Índice de Quadros

Quadro 5.1.1 – Frequência de respostas aos itens do questionário dos adultos, no pré e no pós-teste.

Quadro 5.1.2 – Análise da existência de diferenças nas respostas aos itens do questionário dos adultos, no pré e no pós-teste, realizada através do Marginal Homogeneity Test.

Quadro 5.1.3 – Frequência de respostas aos itens do questionário das crianças, no pré e no pós-teste.

Quadro 5.1.4 – Análise da existência de diferenças nas respostas aos itens do questionário das crianças, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.

Quadro 5.1.5 – Frequência de respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste.

Quadro 5.1.6 – Análise às respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste, através da análise descritiva e da existência de diferenças estatisticamente significativas através do Marginal Homogeneity Test.

Índice de Figuras

Figura 1 – Representação dos momentos de avaliação.

Glossário

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CAP – Child Abuse Prevention

CAPP – Child Abuse Prevention Program

CWIG – Child Welfare Information Gateway

IAC – Instituto de Apoio à Criança

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

MAI – Ministério da Administração Interna

NCCAN – National Center of Child Abuse and Neglect

OMS – Organização Mundial de Saúde

PJ – Polícia Judiciária

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SPSS - Software Statistical Package for the Social Sciences

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WHO – World Health Organization

Introdução

O abuso sexual de crianças é uma problemática complexa, não apenas pelos comportamentos que pode envolver, como também pelas consequências que poderão ocorrer a curto, médio e longo prazo. O abuso sexual pode ser conceptualizado enquanto uma forma de maus-tratos, onde se incluem também o abuso físico, o abuso emocional e a negligência (Braun, 2002; Gonçalves, 2005; World Health Organization [WHO] 1999, 2002). Nesse sentido esta problemática diz respeito não só a profissionais, mas a toda a comunidade (e.g., pais/cuidadores, professores, técnicos, sistema político).

O abuso sexual de crianças envolve uma diversidade de comportamentos, sendo por isso difícil de definir. Assim, existem inúmeras definições de abuso sexual. Uma das definições mais referidas na literatura é a do “*National Center of Child Abuse and Neglect*” [NCCAN] (1978), que define o abuso sexual como um conjunto de interações entre uma criança e um adulto, para obtenção de prazer sexual por parte do adulto, em que o adulto (neste caso, agressor) usa a criança para estimular-se sexualmente a si próprio, à criança ou outra pessoa. É ainda definido como o envolvimento de uma criança em atividades que esta não compreende e para as quais não está preparada do ponto de vista do seu estágio de desenvolvimento, pelo que não tem capacidade para dar o seu consentimento informado. Mais recentemente, a Organização Mundial de Saúde [OMS] (2006) define que a criança pode ser abusada por um adulto ou por outra criança ou adolescente que, em razão da sua idade ou estágio de desenvolvimento, esteja em posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima.

O abuso sexual pode implicar contacto físico (e.g., tocar ou acariciar os órgãos genitais da criança), penetração (ou tentativa de penetração) digital, com o pénis ou objeto, oral, vaginal e/ou anal. É também considerado abuso sexual quando existem comportamentos sexualmente abusivos que não envolvem contacto físico como, por exemplo, manter conversas obscenas com a criança ou expô-la a conteúdos ou imagens de natureza pornográfica. Muitas destas situações ocorrem com recurso à internet (Hornor, 2010), um fenómeno relativamente recente.

Em termos de enquadramento legal, na legislação portuguesa os crimes de natureza sexual são punidos por lei, estando inseridos nos *crimes contra a liberdade sexual* (maiores de 14 anos de idade) e nos *crimes contra a autodeterminação sexual*, que incidem sobre vítimas (menores de 14 anos de idade) que, pela sua idade e nível de desenvolvimento, se entendeu não estarem ainda em condições de se auto determinarem sexualmente e de não terem maturidade suficiente para

prestar um consentimento informado (Código Penal, 2007).

No que diz respeito à prevalência do abuso sexual a nível internacional, na década de 90 do século XX alguns dados indicavam que uma em cada quatro crianças do sexo feminino, e uma em cada sete a 10 crianças do sexo masculino, corriam o risco de serem abusadas sexualmente até à idade dos 18 anos (Finkelhor,1994). Mais recentemente, Townsend e Rheingold (2013) estimam que, em média, nos Estados Unidos da América [EUA], uma em cada 10 crianças será sexualmente abusada até aos 18 anos, sendo uma em cada sete raparigas e um em cada 25 rapazes. Em Portugal, dados do último Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], revelam que 49,6% dos crimes sexuais perpetrados foram abuso sexual de crianças e adolescentes (Ministério da Administração Interna [MAI],2015).

Quanto às consequências do abuso sexual para as vítimas, verifica-se que são múltiplas (Blanchard, 1996) e podem ocorrer em diversas áreas do desenvolvimento da criança, nomeadamente, a nível físico (e.g., ferimentos ou traumatismos que decorrem em casos de violência física associada, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez), psicológico (e.g., ansiedade, depressão) e social (e.g., desconfiança, dificuldade em manter relações interpessoais e vitimização) (Amazarray & Koller, 1998; Bagley, & King, 1992). Alguns estudos apontam para sintomatologia comum em diferentes faixas etárias, nomeadamente, pesadelos, depressão e comportamento regressivo (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor,1993).

Face ao exposto, a prevenção primária do abuso sexual assume um carácter prioritário, devendo ter uma perspetiva macro, no âmbito comunitário, para eliminar ou reduzir o fenómeno (Maria & Ornelas, 2010), i.e., uma abordagem holística. De acordo com Ornelas e Moniz (2011), o sucesso dos programas de prevenção primária implica o envolvimento a vários níveis e contextos sociais, de modo a adaptar-se às características da população e utilizar diferentes metodologias de avaliação, com o intuito de permitir o desenvolvimento de estratégias de prevenção e, por conseguinte, competências nos adultos e nas crianças. Além da importância da prevenção primária do abuso sexual, é igualmente importante a avaliação do seu impacto. Por avaliação de impacto, entende-se a aquisição de conhecimentos e competências, para identificar e agir de forma adequada perante uma possível situação abusiva.

Estudos que analisam o impacto de programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças demonstram benefícios ao nível do aumento dos conhecimentos (Rispen, Aleman, & Goudena, 1997, cit. por Wurtele, 2002) e do desenvolvimento de competências comportamentais

(e.g., dizer “não”, fugir e/ou reagir) (Wurtele, 2002), nomeadamente, nas crianças.

Em Portugal, surgiu recentemente uma campanha específica de prevenção do abuso sexual de crianças e jovens, inserida no projeto CARE da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2016), que falaremos adiante.

Devido à escassez de materiais de prevenção do abuso sexual no contexto português, foi recentemente desenvolvido um jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os seis e os 10 anos de idade – “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Aguas, Figueiredo, & Alexandre, 2016), cujo objetivo visa aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças, bem como promover o desenvolvimento de competências que permitam, não só às crianças, como também aos adultos que jogam com estas, identificar e gerir adequadamente situações de abuso sexual.

Tendo em conta que este jogo foi desenvolvido recentemente, pretende-se no presente trabalho fazer uma avaliação de impacto do mesmo. Mais concretamente, pretende-se analisar, num estudo com desenho pré e pós teste, em que medida o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” permite a aquisição de conhecimentos e competências.

Face aos objetivos, a presente dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro capítulos contêm uma revisão de literatura sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, de uma perspetiva teórica, histórica e legal. No primeiro capítulo é abordada a definição de abuso sexual, o seu enquadramento legal em Portugal, a sua prevalência, os fatores de risco e de proteção, os indicadores associados à deteção do mesmo, e as consequências do abuso sexual. O segundo capítulo aborda a prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes, contendo uma descrição de campanhas, diversos programas e materiais de prevenção primária já existentes, bem como do jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, em particular. No terceiro capítulo é abordada a importância da avaliação de impacto dos materiais, bem como a sua relevância. No quarto capítulo é apresentado o estudo empírico que foi desenvolvido, fazendo-se uma descrição do método utilizado, incluindo os participantes, os instrumentos e o procedimento de recolha e análise dos dados. O quinto capítulo diz respeito à apresentação dos resultados obtidos. O sexto e último capítulo é dedicado à discussão dos resultados apresentados, ao contributo, às limitações da investigação e às sugestões para futuras investigações.

Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Evolução Histórica, Teórica e Legal

O abuso sexual de crianças tem sido considerado como um dos mais graves problemas de saúde pública enfrentados pelas sociedades e, sobretudo, para as crianças e adolescentes (MacMillan, 1998), com impacto negativo na saúde física e mental nas vítimas (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004), caracterizando-se numa das formas mais graves de violação dos direitos humanos (Faria, Oliveira, & Mendes, 2007). Segundo a literatura, o abuso sexual de crianças, ocorre em todas as culturas, sociedades e níveis sociais (Walker, Bonner, & Kaufman, 1988). O abuso sexual de crianças não é, portanto, uma realidade isolada, esporádica ou distante, mas sim um problema complexo e universal, que resulta da interação de um indivíduo e uma família com fatores sociais e culturais (Brown, Cohen, Johnson, & Salzinger, 1998; Fleming, Mullen, & Bammer, 1997). A constatação de que o abuso sexual de crianças é uma forma comum de maus-tratos com efeitos psicológicos significativos e duradouros, tanto a curto (Beitchman, Zucker, Hood, DaCosta, & Akman, 1991; Kendall-Tackett *et al.*, 1993) como a longo prazo (Beitchman, Zucker, Hood, DaCosta, Akman, & Cassavia, 1992); Flitter, Elhai, & Gold, 2003; Jumper, 1995), tem conduzido a um crescente interesse social e profissional por este fenómeno, ao longo das últimas décadas.

Ao longo dos séculos, dependendo do contexto em que se vivia, a criança apresentava diferentes papéis na sociedade e, tal como o papel da mulher, as dinâmicas familiares e a prática sexual com crianças sofreram alterações nas diferentes sociedades, até aos dias de hoje. Ao longo da história da humanidade, as práticas sexuais com crianças estiveram sempre presentes nas diferentes culturas, uma vez que a vida de uma criança não tinha a importância e os cuidados a que se assiste atualmente. Por outro lado, também eram escassas ou mesmo inexistentes as políticas de proteção dos direitos e interesses das crianças. No século XI, por exemplo, não existia ainda a distinção entre criança e adulto, sendo que a criança era vista como um “ser vazio”, em formação (Ariés, 1988). Segundo o mesmo autor (Ariés, 1988), o conceito de infância surgiu apenas no século XIII, embora não fossem ainda atribuídas às crianças quaisquer particularidades, sendo que eram consideradas pequenos adultos.

No séc. XV, era comum os adultos brincarem com as crianças, não havendo brincadeiras de crianças distintas das dos adultos, na medida em que considerava que a criança seria indiferente à sexualidade e não havia a questão do pudor e da moral: “*a prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o*

sensu comum.” (Ariés, 1988, p.77).

No final do século XVII a criança passou a ter um maior destaque na sociedade (Ariés, 1988). No século XVIII e início do século XIX, passou a existir uma maior preocupação em relação à criança e, a partir do século XX, esta passou a ter uma maior importância (Ariés, 1988) no contexto familiar, dada a sua fragilidade física e emocional, apesar das práticas sexuais com crianças continuarem a ocorrer (Gabel, 1997).

No entanto, e devido a uma forte culpabilização das vítimas, as denúncias eram muito raras (Fergusson & Mullen, 1999). De acordo com os mesmos autores, o aspeto positivo das denúncias, ainda que raras, foi começar a permitir a caracterização do abuso sexual de crianças descrito pelas próprias vítimas, aspeto que se revelou fundamental, não só para a investigação empírica, como também para o delinear de políticas sociais de prevenção e intervenção.

Apesar das alterações que as sociedades sofreram, não existiam políticas de proteção que salvaguardassem os direitos das crianças, sendo que as mesmas só foram contempladas em 1989, com a Convenção dos Direitos da Criança, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ratificada em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa). Na referida Convenção, é salientada a importância dos princípios fundamentais das Nações Unidas, reafirmando o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma proteção e de uma atenção especiais, sublinhando a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos seus cuidados e proteção. É ainda referida a necessidade de proteção jurídica e não jurídica da criança, antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança, bem como o papel vital da cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade. É sublinhado o direito da criança ser protegida de todas as formas de violência, incluindo o abuso e exploração sexuais (artigos 19, 34, 35 e 39). De uma forma mais específica, o artigo 34 refere que a criança tem direito a ser protegida do abuso e exploração sexual, incluindo a indução ou coerção da criança para se envolver em atividades de cariz sexual e a exploração para prostituição ou pornografia (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2004).

Recentemente, e mais concretamente em 2015, numa lógica de desenho de políticas de proteção à criança, o Conselho da Europa declarou o dia 18 de Novembro como o Dia contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças, no âmbito da assinatura por Portugal, em 2007, da *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais* (Convenção de Lanzarote, 2014). Esta convenção tem como objetivos

aumentar a sensibilização da comunidade acerca da exploração e abuso sexual de crianças e da necessidade de impedir possíveis situações abusivas, bem como promover o diálogo acerca destas questões e, ainda, a obrigatoriedade dos estados membros na criminalização dos crimes de natureza sexual.

Não obstante o facto de as sociedades terem sofrido alterações no que à criança e, mais especificamente, aos seus direitos diz respeito, apenas nos anos 60 do século XX foi publicado o primeiro artigo científico acerca dos maus-tratos, por Kempe e colaboradores, nos anos 60, que contribuiu para um crescente interesse e preocupação sobre o abuso físico de crianças. Esta consciencialização surgiu, dado o crescente número de crianças que acorria aos serviços pediátricos dos Estados Unidos apresentando lesões não acidentais, em particular múltiplas fraturas em diferentes estágios de consolidação e fraturas de ossos longos em crianças menores de dois anos (Jones, Feldman & Bruckner, 2004). Nessa altura foi organizado, por Kempe e colaboradores, um simpósio sobre abuso infantil em que apresentavam a chamada “síndrome da criança maltratada”, descrita como, a situação em que crianças pequenas sofreram agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais e/ou seus cuidadores que substituíam os pais.

A publicação de diversos livros¹ nos EUA, entre 1978 e 1984, teve um impacto significativo na sensibilização sobre a violência sexual contra as crianças, de modo que houve um crescente interesse em documentar a prevalência e os efeitos do abuso sexual de crianças. A estes livros seguiram-se inúmeras situações relatadas nos *media*, acerca de abusos sexuais, bem como pesquisas e estudos nas áreas das ciências sociais e comportamentais, fruto de um aumento de atenção ao nível da saúde física e mental, dos serviços sociais e profissionais da área jurídica (Conte, 1994).

A primeira sociedade profissional interdisciplinar focada no abuso sexual de crianças foi fundada em 1987, “*The American Professional Society on the Abuse of Children* (Conte, 1994). Esta sociedade é uma organização sem fins lucrativos focada em atender as necessidades dos

¹ Butler, S. (1978). *Conspiracy of silence: The trauma of incest*. San Francisco: New Glide Publications
Burgess, A.W., Groth, A.N., Holmstrom, L.L., & Sgroi, S.M. (1978). *Sexual assault of children and adolescents*. Lexington, MA: D.C. Heath
Finkelhor, D. (1979). *Sexually victimized children*. New York: Free Press
Rush, F. (1980). *The best kept secret: Sexual abuse of children*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
Russell, D. E. H. (1984). *Sexual exploitation: Rape, child sexual abuse, sexual harassment*. Beverly Hills, CA: Sage

profissionais que atuam em todos os aspetos dos serviços para crianças maltratadas e suas famílias, através de formação especializada e em atividades educacionais. Tem como compromissos a prevenção dos maus tratos à criança, estabelecendo relações entre os profissionais que atuam ao nível da promoção da melhor resposta ao maus-tratos, da pesquisa e diretrizes para informar a prática profissional e, ainda, na educação das comunidades sobre abuso infantil e negligência.

No que a Portugal diz respeito nesta matéria, temos por exemplo, o Instituto de Apoio à Criança [IAC], criado a 14 de Março de 1983, como instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, por um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais – médicos, professores, psicólogos, sociólogos, magistrados, juristas, sociólogos, técnicos de serviço social e educadores. Pretende, como objetivo principal, contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, e ainda, trabalhar em parceria, com instituições nacionais e internacionais, na procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal.

1.1. Abuso Sexual: O que é?

Ainda que o fenómeno do abuso sexual de crianças tenha vindo a obter uma maior atenção por parte de profissionais de diferentes áreas (e.g., história, psicologia, medicina, direito), verifica-se a inexistência de uma definição totalmente consensual, atendendo a que pode envolver diferentes formas de atuação e de conceptualização. É consensual, no entanto, a caracterização destes comportamentos como uma forma de maus-tratos, socialmente desviantes e com um impacto negativo para as vítimas e suas famílias (Garbarino, 1991; Giovannoni & Becerra, 1979).

Das inúmeras definições de abuso sexual de crianças, destaca-se o do NCCAN (1978), que define o abuso sexual como quaisquer interações entre adultos e crianças, em que a criança é utilizada para obtenção de prazer sexual por parte do adulto, em que o adulto (agressor) usa a criança para estimular sexualmente a si próprio, à criança ou outra pessoa. Já no século XXI, a OMS (2006) definiu o abuso sexual como o envolvimento da criança em atividades que não compreende, para as quais não tem capacidade para dar o seu consentimento informado e não está preparada em termos de estágio de desenvolvimento. Ainda de acordo com a OMS, a criança pode ser abusada por um adulto ou por outra criança/adolescente que, dada a sua idade ou estágio de desenvolvimento, esteja em posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima.

Mais recentemente, o abuso sexual foi também definido como a utilização da criança através de persuasão ou coerção para se envolver em qualquer tipo de conduta sexual ou assistir ao envolvimento sexual de outras pessoas, podendo igualmente envolver prostituição ou produção de materiais pornográficos (Child Welfare Information Gateway, 2013 [CWIG]).

Face às inúmeras definições de abuso sexual de crianças surgem, muitas vezes, mitos associados a este fenómeno, i.e., ideias sem fundamento teórico ou científico. Num estudo realizado nos EUA, em que se analisou a forma como os pais preparam as suas crianças para o perigo do abuso sexual, verificou-se que 90% dos pais os preparam sobretudo para o “*stranger danger*” (Wurtele, Kvaternick, & Franklin, 1992). Contudo, o que na verdade acontece é que entre 75% e 85% dos abusadores/as são membros da família da vítima ou conhecidos/as desta, contrariando a ideia de que os/as agressores/as são pessoas estranhas/desconhecidas.

O mito de que o abuso sexual implica obrigatoriamente contacto físico, e de que apenas as raparigas são abusadas. Neste contexto, Tang e Yan (2004) verificam que dois terços dos participantes adultos do seu estudo acreditam que existem sempre lesões físicas nas vítimas de abusos sexuais e 40% consideram pouco provável que os rapazes sejam vítimas de abusos sexuais. No entanto, a literatura demonstra que as lesões podem não ser físicas (e.g., emocionais), e os rapazes também são vítimas de abuso sexual. Outro mito associado é considerar-se que apenas os homens cometem crimes de abuso sexual contra as crianças. Sabemos, no entanto, que ainda é aceite em algumas culturas, a iniciação sexual de rapazes por mulheres mais velhas (Crosson-Tower, 2003). A faixa etária das agressoras mulheres, situa-se entre os 26 e os 36 anos, ligeiramente inferior, se comparada à idade média dos agressores homens, que se situa nos 36 anos (e.g., Vandiver & Walker, 2002), e, são na sua maioria caucasianas, com um nível socioeconómico baixo e apresentam poucas qualificações académicas (Faller, 1987; Jameson & Schellenbach, 1977).

Ainda em relação aos abusadores/as, surge também a ideia de que são psicopatas e/ou pessoas com um interesse sexual apenas por crianças. Na realidade, a maioria dos abusadores são pessoas comuns que fazem parte da rede social das crianças (Finkelhor, 1980), e, no caso das abusadoras mulheres, estas não revelam fantasias sexuais fora da norma, sendo pequeno o número de casos que o refere, tendo tido apenas início após o abuso (Saradjian, 1996 *cit* por Gannon & Rose, 2008).

O abuso sexual pode ter uma natureza intrafamiliar – quando o mesmo é cometido por

alguém com ligação à criança por laços de parentesco, responsabilidade ou afinidade, e no qual o abusador exerce uma função de confiança, poder e cuidado em relação à criança. – ou extrafamiliar, quando é cometido por qualquer outra pessoa que não se inclua na rede familiar da criança (Guerra, 1998) e é perpetrado fora das relações familiares envolvendo, por exemplo, desconhecidos, vizinhos, entre outros (Habigzang & Caminha, 2004; Koller & De Antoni, 2004). O abuso sexual pode envolver contacto físico (e.g., tocar e acariciar os órgãos genitais da criança, penetração ou tentativa de penetração vaginal, oral e/ou anal, com o pénis, dedo ou objecto. Alguns exemplos de comportamentos abusivos que não envolvem contato físico são conversas obscenas, como por exemplo, falar com a criança sobre conteúdos pornográficos através da internet (Hornor, 2010). Crianças de todas as idades têm agora acesso a computadores em casa, nas escolas e, ainda, em bibliotecas. Os computadores são ferramentas inestimáveis para a aprendizagem, mas surge um problema crescente de exposição das crianças (acidental ou intencionalmente) quer à pornografia, quer a solicitações on-line por parte de possíveis agressores sexuais (Cage & Salus, 2010).

A literatura revela que existe uma variedade de fatores associados ao ato de abusar sexualmente de crianças e adolescentes (Knight & Sims-Knight, 2003; Malamuth, 2003; Ward & Siegert, 2002). Assim, Finkelhor (1984) contribuiu para a compreensão do fenómeno do abuso sexual de crianças e adolescentes, com o Modelo das Quatro Pré-Condições. Este modelo parte do pressuposto de que para que ocorra abuso, devem ocorrer quatro fatores: 1) motivação do adulto para se envolver com a criança; 2) inexistência ou diminuição de controlo interno por parte do adulto para cometer o ato, ultrapassado, e.g., através do consumo de álcool; 3) inexistência ou diminuição de controlo externo sobre o adulto, i.e., a inibição da oportunidade de ocorrência do comportamento abusivo (e.g., através do isolamento social da família), e, 4) inaptidão da criança para resistir ao agressor, ultrapassado, e.g., com o uso de recompensas e /ou de ameaça por parte do adulto (Agulhas & Anciães, 2013).

Os autores, Ward e Beech (2006), mais recentemente, propuseram A Teoria Integrativa da Agressão Sexual, que é explicada pela interação contínua entre três conjuntos de fatores. São eles biológicos, i.e., influenciados pela herança genética; nicho ecológico, refere-se às experiências pessoais, sociais e culturais; e neuropsicológicos. Genericamente, esta teoria, significa que, tendo em conta o processo de interação entre os três fatores mencionados, o mesmo, poderá comprometer o comportamento individual normativo/adaptativo, e consequentemente problemas

ao nível psicológico (*In* Agulhas & Anciães, 2013).

Estes modelos explicativos do abuso sexual de crianças e adolescentes, sugerem que ambientes adversos na família podem ter influência no agressor sexual. Na inexistência de afeto e supervisão, o potencial agressor desenvolve problemas ao nível do funcionamento social (e.g., desconfiança, hostilidade e vinculação insegura) que, por sua vez, estão associados a rejeição social, solidão e comportamento delinvente. As relações sexuais desenvolvem-se, assim, num contexto de intimidade desadequado.

De acordo com Agulhas e Anciães (2013), tendo os abusadores vivenciado uma relação de vinculação insegura na infância, parecem existir consequências ao nível do desenvolvimento das suas competências sociais e autoestima, características indispensáveis no estabelecimento de relações de intimidade.

Em suma, existem modelos explicativos para o comportamento sexualmente agressivo, de modo a que possamos compreender os diferentes aspetos inerentes ao fenómeno do abuso sexual de crianças e adolescentes, quer sejam eles, psicológicos, biológicos, sociais, ambientais, entre outros.

1.2. Enquadramento Legal do abuso sexual em Portugal

Quando é abordado o fenómeno do abuso sexual, automaticamente se associa a crime. Ora, se a definição do conceito de abuso sexual sofreu alterações ao longo de décadas, em termos legais, o mesmo sucedeu. Quer no código penal de 1852, quer no de 1886, os crimes sexuais eram designados como “crimes contra a honestidade” sendo, dessa forma, considerados crimes contra a sociedade, e não contra as pessoas. Só aquando da revisão do Código Penal de 1995 passaram a ser categorizados como “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, onde se destaca o direito da pessoa dispor livremente da sua sexualidade (Alves, 1995).

Os crimes sexuais são punidos por lei, e enquadram-se nos *crimes contra a liberdade sexual* (artigos 163.º a 170.º), que atentam contra o direito de cada pessoa decidir livremente da sua vida e práticas sexuais, pressupondo-se que a vítima tenha já a maturidade necessária para dar o seu consentimento; e nos crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171.º a 178.º), que incidem sobre vítimas (menores de 14 anos de idade) que, pela sua idade e nível de desenvolvimento, se entendeu não estarem ainda em condições de se auto determinarem sexualmente e terem maturidade suficiente para prestar um consentimento informado. Os

menores de 14 anos de idade podem também ser vítimas de crimes contra a liberdade sexual, nomeadamente, dos crimes de coação sexual (art. 163.º) e violação (art. 164.º) (Carmo, Alberto, & Guerra, 2002). Para este tipo de crimes estão previstas penas com um limite máximo de 10 anos, estando contempladas diversas situações de agravamento, nomeadamente, se a vítima for ascendente, descendente, adotante, adotado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; se se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação; se o agente for portador de doença sexualmente transmissível; se do abuso resultar gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida, suicídio ou morte da vítima (artigo 177.º) (Código Penal, 2007).

1.3. Prevalência do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Entre os estudos publicados durante o período pioneiro da década de 70 e início da década de 80 do século XX, destaca-se a pesquisa efetuada junto de estudantes universitários levada a cabo por Finkelhor, em 1979, nos E.U.A. Nesse estudo, o mesmo autor estimou que uma em cada quatro mulheres e um em cada cinco homens tinham experienciado contacto sexual forçado antes de atingirem os 18 anos de idade. Mais tarde, o mesmo autor estimou uma prevalência de uma em cada quatro crianças do sexo feminino, e uma em cada sete a 10 crianças do sexo masculino, com o risco de serem abusadas sexualmente até à idade dos 18 anos. Mais recentemente, com base numa revisão de estudos publicados entre 2002 e 2009, e nos quais foram utilizadas amostras provenientes de 24 países, registaram-se taxas de prevalência que correspondem a 8 a 13% de vítimas do sexo feminino, e entre 3 a 17% de vítimas do sexo masculino (Barth, Bermetz, Heim, Trelle, & Tonia, 2013). Em 2013, um estudo realizado nos E.U.A., estimou que, em média, uma em cada 10 crianças será sexualmente abusada até à idade dos 18 anos (Townsend & Rheingold, 2013).

Em Portugal, e em 2013, os dados do *Relatório Anual de Segurança Interna* [RASI] do Ministério da Administração Interna, referentes ao mesmo ano, indicam que o número de inquéritos que deram entrada, foram os seguintes: abuso sexual de crianças (1,227), violação (473) e atos sexuais com adolescentes (161) (MAI, 2014). Os dados de 2014 revelaram que 49,6% dos crimes sexuais perpetrados foram de abuso sexual de crianças e adolescentes, seguidos do crime de violação (17,9%) e pornografia de menores (9,0%). Quanto aos intervenientes, os

dados revelam acentuada incidência nas vítimas do sexo feminino, na faixa etária entre os oito e os 13 anos de idade, e uma superioridade em arguidos do sexo masculino, com predominância na faixa etária entre os 41 e os 50 anos (MAI, 2015). Comparativamente, os dados apresentados referentes ao ano de 2015 revelam que a maioria das detenções teve por base o crime de abuso sexual de crianças (47,2%), seguido do crime de violação (16,6%) e pornografia de menores (14,3%). Quanto ao sexo dos intervenientes, verifica-se uma maior incidência nas vítimas do sexo feminino, na faixa etária entre os oito e os 13 anos de idade, e os perpetradores do sexo masculino, com predominância na faixa etária entre os 41 e os 50 anos, não tendo estes dados sofrido alterações entre 2014 e 2015. Outro dado relevante relaciona-se com a relação entre vítima e perpetrador que indica que, em 2013, se verificou uma maior prevalência nas relações de conhecimento, seguida das relativas a desconhecidos, e só depois as que se referem às relações familiares (intrafamiliares). No que se refere aos anos de 2014 e 2015, verifica-se uma maior prevalência nas relações familiares, em 45,2% dos casos em 2014, e 40% dos casos em 2015. Em algumas situações a investigação ainda não permitiu consolidar dados sobre o tipo de relacionamento entre o perpetrador e a vítima, explicando assim o elevado número de casos enquadrados na categoria de “Desconhecidos”, “Outros” e “S/referência” (MAI, 2016).

1.4. Fatores de Risco e de Proteção

Segundo a literatura, não existe um único fator associado ao fenómeno do abuso sexual de crianças, mas sim um conjunto de fatores que, de forma articulada, podem aumentar a probabilidade de ocorrência de uma possível situação abusiva, ou seja, a combinação de diversos fatores aumenta a probabilidade de ocorrência do fenómeno (Starzyk & Marshall, 2003). Por outro lado, existem diversos fatores que podem funcionar como fatores protetores.

De acordo com Flores e Caminha, (1994), e Koller e De Antoni, (2004), dos vários fatores associados, apontam a prematuridade, a intergeracionalidade da violência, o baixo nível educacional dos pais, famílias com um maior número de filhos, práticas parentais coercivas, a falta de suporte social e a presença de alcoolismo e abuso de outras drogas (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), como fatores de risco.

Wurtele e Miller-Perrin (1992) elaboraram uma listagem de eventuais fatores de risco e fatores protetores no abuso sexual de crianças, ao nível microsistémico (crianças), a nível do microsistema familiar e a um nível sociedade/comunidade. No que à criança diz respeito,

nomeadamente, ao nível dos fatores de risco, verifica-se, entre outros, por exemplo, a falta de conhecimentos sobre comportamentos sexuais adequados e inadequados, a elevada necessidade de atenção e afeto, a baixa autoestima, ou a dificuldade em resolver problemas e em tomar decisões. Relativamente aos fatores de proteção, os mesmos autores referem o conhecimento sobre comportamentos sexuais adequados e inadequados, elevada autoestima, existência de pessoas que lhes dão apoio e competências de resolução de problemas e no processo de tomada de decisões. Existem outros fatores de risco que poderão estar associados às características das crianças. Segundo Finkelhor (1993), o sexo é um destes fatores. Fergusson, Lynskey e Horwood (1996) verificaram que as raparigas estão entre 2,5% a 3% em maior risco do que os rapazes (Habigzang *et al.*, 2005) de sofrerem uma situação de abuso sexual.

Alguns estudos indicam a idade como sendo igualmente um fator de risco, embora o seu impacto difira em função do sexo (Putnam, 2003), sendo que se observa maior vulnerabilidade em raparigas mais velhas, com uma média de idade dos 10,6 anos, e em rapazes, com uma média de idade de 8,6 anos (Black, Heyman, & Slep, 2001; Finkelhor, 1993).

De acordo com Westcott e Jones (1999), a deficiência física ou mental (e.g., surdez, atraso mental) é também considerada um fator associado ao risco, uma vez que as crianças se apresentam como mais vulneráveis e frágeis, na medida em que estão mais dependentes dos adultos e, por isso, necessitam de maiores cuidados.

Quanto à família das crianças, os principais fatores de risco identificados relacionam-se, por exemplo, com a negligência emocional, expectativas inapropriadas relativamente à responsabilidade da criança (e.g., inversão de papéis), supervisão ineficaz ou esporádica, famílias caracterizadas pelas dificuldades de comunicação, entre outros. Quanto aos fatores protetores, destacam-se os sentimentos de segurança em casa, o respeito pela privacidade das crianças e dos adultos, a existência de relações de proximidade afetiva entre pais e crianças e de relações igualitárias entre homens e mulheres, e em comportamentos de proteção por parte dos adultos.

Por último, ao nível da comunidade, os principais fatores de risco são a visão das crianças numa perspetiva de posse, numa cultura em que se aceita a exploração sexual das crianças, com o acesso facilitado a vítimas e a pornografia infantil, a crença de que as crianças devem obediência total aos adultos e, entre outros, a falta de educação sexual no âmbito do sistema educacional. Quanto aos fatores protetores, destacam-se a não aceitação de exploração sexual das crianças, a existência de educação sexual para as crianças, existência de suporte comunitário para as

famílias, comunidades conscientes relativamente aos abusos sexuais de crianças e que desenvolvem esforços para a sua prevenção, e a existência de programas de investigação para aumentarem os conhecimentos sobre os abusos sexuais de crianças e de como preveni-los.

1.5. Indicadores de Abuso Sexual

Na maior parte das situações, as crianças não revelam de uma forma clara e direta uma situação de abuso sexual, optando por fazer tentativas de revelação que são frequentemente vagas e subtis. Assim, as crianças tentam comunicar através de desenhos ou brincadeiras ou, ainda, através de verbalizações pouco concretas.

De acordo com Furniss (2002), quando os abusos sexuais ocorrem no seio da família, a criança pode sentir medo da reação do familiar de quem foi vítima, da possibilidade de vingança de outros membros da família ou, até mesmo, vergonha e medo de que a família se desestruture se souber aquele segredo. Segundo Habigzang, Ramos e Koller (2011), por vezes é frequente a vítima só revelar na adolescência, ou até mesmo na idade adulta, que vivenciou uma situação de abuso sexual, devido aos sentimentos de culpa e ao medo em ser responsabilizada pela desestruturação que pode ocorrer na família. Os mesmos autores referem que a criança tem igualmente medo das ameaças do agressor e, por esse motivo, mantém o segredo. Se, por um lado, os abusos sexuais de crianças acontecem num contexto de secretismo, não deixando, na grande maioria dos casos, sinais físicos, por outro, trata-se de um tipo de abuso de crianças que envolve a palavra “sexual”, tornando-se assim num problema particularmente difícil de abordar (Wurtele, 2009). Por forma a minimizar esta dificuldade, a educação sexual deverá fazer parte da vida das crianças, quer em ambiente escolar, quer em ambiente familiar, de forma natural.

Aquilino e Bragadottir (2000) salientam que é importante não restringir a educação sexual ao ato sexual em si ou aos aspetos físicos, mas sim abordar a temática de uma forma global, ou seja, abordar as diferentes dimensões, quer física, emocional e social.

Apesar de não existirem sinais ou sintomas específicos, existem alguns indicadores que são frequentemente observados em crianças vítimas de abuso sexual, quando comparadas com crianças que não foram vítimas. Estes indicadores podem ser físicos, nomeadamente, o sangramento e/ou dor dos órgãos genitais ou ânus, dores difusas ou localizadas (e.g., abdominais, de cabeça) e gravidez (Cage & Salus, 2010); emocionais, tais como medos ou fobias sem explicação aparente, sintomas ansiosos (e.g., nervosismo, tiques), depressivos (e.g., tristeza,

choro, isolamento) e alterações súbitas de humor (López, 1999); comportamentais, como a agressividade ou comportamentos delinquentes (Machado, 2002); escolares, onde se verificam frequentemente dificuldades de atenção/concentração. Podem também ser sociais, com medo de uma pessoa específica ou das pessoas em geral e, por último, ao nível sexual, onde são frequentes pensamentos obsessivos com o corpo e a sexualidade, masturbação compulsiva (com uma frequência mais elevada do que é esperado para a idade), ou a manifestação de um conhecimento desadequado da sexualidade para a sua idade (Simon & Feiring 2008).

1.6. Consequências do Abuso Sexual

Tendo em conta a prevalência do abuso sexual de crianças encontrada em diferentes países, importa compreender o impacto deste fenómeno. Da vivência de uma situação de abuso sexual pode resultar uma variedade de consequências que irão ter influência em diversas áreas do desenvolvimento da criança, nomeadamente, a nível físico (e.g., ferimentos ou traumatismos que decorrem em casos de violência física associada, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez), psicológico (e.g., ansiedade, depressão) e social (e.g., desconfiança relacional, dificuldade em manter relações interpessoais de intimidade e sentimentos de vitimização) (Amazarray & Koller, 1998; Bagley & King, 1992).

De acordo com Blanchard (1996), as consequências do abuso sexual para as vítimas são múltiplas e envolvem desde comportamentos auto destrutivos e défice de atenção e hiperatividade (Amazarray & Koler, 1998), como perturbações alimentares, perturbações de ansiedade, fobias, problemas sexuais e relacionais (Hall & Hall, 2012), e comportamentos desadequados (tais como os comportamentos sexualizados) (Putnam, 2003). Segundo Furniss (1993) e Knutson (1995), o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual varia de acordo com a idade – crianças mais velhas atribuem menor responsabilidade ao abusador (Finkelhor & Redfield, 1984; Waterman & Foss-Goodman, 1984); da duração do abuso – evidências sugerem que quanto maior a duração maior o número de consequências negativas; do grau de violência utilizado, i.e., com ou sem força física; a relação entre abusador e vítima (a existência de uma relação de proximidade/intimidade), bem como da diferença de idade (estando presente o uso de autoridade inerente à diferença de idades e relações familiares) (Bagley & King, 1992); a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social e, por último, do grau de segredo, ou seja, o fato de o abusador utilizar a ameaça e a negociação, ameaçando a família da vítima, sendo

este segredo mantido pela vítima, devido à vergonha e intimidação sentidas pela mesma (Santos, Pelisoli & Dell’Aglío, 2012). Todos estes fatores são relevantes quando se pretende fazer uma análise sobre as possíveis consequências para as vítimas.

Capítulo II – Prevenção do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Quando falamos em prevenção importa fazer a sua distinção, sendo que existem diferentes níveis, sendo eles, primária ou universal, secundária ou seletiva, e terciária ou indicada (Gordon, 1983). Passamos a descrever cada uma delas: *a)* a prevenção primária/universal consiste em intervir na população em geral (pais, crianças, professores, cuidadores, etc.), de forma a aumentar o conhecimento e fornecer padrões de relacionamento positivos e de autodefesa. É mais adequada quando o abuso ainda não ocorreu, favorecendo a sua deteção precoce; *b)* a prevenção secundária/seletiva, que remete para um tipo de prevenção em que se intervém junto das "populações de risco", ou seja, indivíduos cujas características ou circunstâncias estão sujeitas a um risco maior de abuso sexual. Todas as crianças estão em risco, mas esse risco aumenta em determinados grupos, tais como crianças institucionalizadas, crianças com incapacidades físicas e/ou psíquicas, crianças em situação de pobreza, crianças que vivem em famílias disfuncionais, crianças que vivem em ambientes onde houve experiências anteriores de abuso, entre outros; *c)* a prevenção terciária/indicada, remete para um tipo de intervenção que é feita quando já ocorreu o abuso, de forma a intervir junto da vítima, para que se minimize o sofrimento, bem como junto do agressor, para prevenir a sua reincidência.

De acordo com a descrição anterior, destaca-se a importância da prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes, ao nível primário/universal, na medida em que se pretende atingir toda a comunidade, precocemente, quando o abuso ainda não tenha ocorrido.

Atendendo à importância da prevenção primária ou universal, importa sublinhar a relevância que esta tem, mais especificamente, junto de pais/cuidadores.

De acordo com Finkelhor (1984), existem inúmeras vantagens em direcionar a prevenção do abuso sexual de crianças aos pais/cuidadores. Em primeiro lugar, o facto de poder ser aplicada em contexto familiar facilita a comunicação sobre o tema. Em segundo lugar, os pais são mais sensíveis às competências específicas dos seus filhos em relação à compreensão e aquisição de novas aptidões. No entanto, devem também ser antecipadas eventuais dificuldades que alguns pais podem sentir em abordar o tema e utilizar os materiais de forma adequada. A maioria dos

materiais de prevenção tem sido aplicada por técnicos com experiência em abuso sexual de crianças, que entendem a sua dinâmica e apresentam mais conhecimentos sobre a mesma. Assim, salienta-se que os pais/cuidadores podem omitir informação importante (Finkelhor, 1984), aplicar os materiais a crianças com idades inapropriadas, ou abordarem o tema de forma desadequada (Conte, Rosen, Saperstein, & Shermack, 1985), embora possam sentir-se convictos de que estão a agir de forma correta, assumindo que os seus filhos estão mais informados e com mais competências para identificar eventuais situações de risco quando, na realidade, poderão estar a ser mal preparados. Para além disso, por vezes, os pais parecem ter mais dificuldade em alertar os seus filhos para potenciais situações de abuso. Por exemplo, alguns estudos verificaram que enquanto a maioria dos pais refere ensinar as regras gerais de segurança aos seus filhos, muito poucos discutem a segurança pessoal do corpo, em particular (e.g., Finkelhor, 1984; Wurtele & Miller-Perrin, 1987). Também Gordon e Schroeder (1995) referem que os pais evitam falar com os filhos sobre o tema do abuso sexual, por considerarem ser um tema difícil de abordar, que pode traumatizar as crianças e, ainda, o facto de não ter ocorrido aos pais a necessidade de discutirem o tema. Os pais continuam a considerar que pessoas estranhas são uma ameaça aos seus filhos e transmitem-lhes essa informação (Chen & Chen, 2005; Chen, Dunne, & Han, 2007; Deblinger, Thakkar-Kolar, Berry, & Schroeder, 2010; Wurtele *et al.*, 1992) embora, como já mencionado anteriormente, se observe que a maioria dos abusos sexuais são cometidos por alguém conhecido das crianças (Sanderson, 2004; Wurtele & Miller-Perrin, 1992).

Muitos pais querem ser os primeiros a educar os seus filhos acerca de questões sobre a prevenção do abuso sexual (Elrod & Rubin, 1993; Wurtele, *et al.*, 1992; Wurtele, Moreno, & Kenny, 2008), mas a literatura indica que a percentagem de pais que realmente discute conceitos de prevenção do abuso sexual com os seus filhos não é elevada - 27% num estudo dos EUA (Thomas, Flaherty, & Binns, 2004) e 66,5% num estudo mais recente, efetuado da China (Chen, *et al.*, 2007). Alguns estudos indicam que as mães são mais capazes de falar com os seus filhos sobre o abuso sexual do que os pais (Chen, *et al.*, 2007; Elrod & Rubin, 1993; Thomas, *et al.*, 2004). Alguns pais temem discutir conceitos de prevenção do abuso sexual, por recearem que essa situação possa levar as crianças a saberem muito sobre sexo (Chen & Chen, 2005; Chen, *et al.*, 2007). A percentagem de pais que frequenta workshop's de prevenção primária é relativamente baixa (6,4%, segundo Wurtele, *et al.*, 1992; 8,0%, segundo Elrod & Rubin, 1993; 27%, de acordo com Pullins & Jones, 2006). Assim, considera-se pertinente informar os pais

sobre esta temática, de forma, a que estejam mais atentos para identificar e interromper possíveis situações de risco, desenvolvendo, assim, ambientes mais seguros (Wurtele *et al.*, 1992).

2.1. Materiais de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Para que se desenvolvam materiais de prevenção primária do abuso sexual de crianças, bem como estudos que avaliem os seus resultados, é importante ter em conta o que foi referido anteriormente, quer em termos dos dados da sua prevalência, quer da dificuldade na abordagem do tema. Desta forma, é importante que os materiais de prevenção do abuso sexual de crianças sejam facilmente aplicados por toda a comunidade, quer por pais/cuidadores, quer por técnicos de diversas áreas profissionais. São várias as formas utilizadas como meio facilitador na área da prevenção primária, sendo a comunicação social um dos meios mais importantes a ter em conta, podendo atingir toda a comunidade como público-alvo (Self-Brown, Rheingold, Campbell, & Arellano, 2008).

Internacionalmente, em países como os EUA, Canadá e Espanha, têm vindo a ser desenvolvidos inúmeros programas de prevenção primária do abuso sexual. De seguida, descrever-se-á um conjunto de programas de prevenção primária do abuso sexual, desenvolvidos ao longo dos últimos anos, os diferentes materiais e técnicas utilizadas, o público-alvo a que se destinam e os seus objetivos. Um aspecto muito importante a ter em conta é a avaliação de impacto a que os programas foram sujeitos, bem como aos seus resultados.

A nível nacional, são ainda escassos os programas de prevenção primária do abuso sexual. No âmbito da prevenção primária/universal têm surgido campanhas como, por exemplo, a mais recente campanha da APAV sobre a prevenção primária do abuso sexual, inserida no projeto CARE, uma rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, bem como outros materiais específicos e programas.

A distinção entre programas e instrumentos refere-se ao facto de um programa implicar um conjunto de projetos interdependentes geridos de forma coordenada que, juntos, darão origem aos resultados esperados, implicando uma série de etapas. Um instrumento é considerado um projeto individualizado, que pode ou não ser integrado num programa mais abrangente.

Enquanto projeto, destaca-se, o *“Projeto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual”* (PIPAS) (Alvarez *et al.*, 2010), que foi desenvolvido após o caso “Casa Pia de Lisboa”, no sentido de se intervir junto de crianças e jovens em risco, de forma a desenvolver competências

psicosssexuais. Salienta-se também a versão adaptada da regra “*Aqui ninguém toca*” do Conselho da Europa, e a adaptação² que tem vindo a ser desenvolvida para português do “*Child Abuse Prevention*”, pela “*Associação Portuguesa para o Estudo e Prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças*” - APPEPASC, desde 2004 (Maria & Ornelas, 2010).

2.2. Campanhas de Prevenção do Abuso Sexual

2.2.1. Projecto CARE - Rede de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual - APAV

Trata-se de um projeto desenvolvido pela APAV (2016), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como parceiros o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. [INMLCF]; a Polícia Judiciária [PJ]; o Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; a Casa Pia de Lisboa; a Associação Chão dos Meninos; a Casa da Ameixoeira, e o Projeto Spin.

O seu objetivo principal é desenvolver uma rede de apoio e referenciação de casos de crianças e jovens vítimas de violência sexual. Para esse efeito, serão implementadas diversas atividades, designadamente: análise do estado da arte acerca de boas práticas de intervenção especializada junto de crianças e jovens vítimas de crimes sexuais, seus familiares e amigos; desenvolvimento e produção de um manual de procedimentos para a intervenção na rede de apoio especializado; estruturação do modelo de intervenção, formação e supervisão; realização das ações de formação inicial e contínua com vista à especialização dos técnicos; encaminhamento de crianças e jovens para a APAV por parte da PJ e INMLCF; desenvolvimento e lançamento de materiais de sensibilização/informação para a comunidade em geral (e.g., um cartaz com a imagem de um urso de peluche a dizer: “prometi-lhe que não contava o que vi”, cujo objetivo é sensibilizar para a questão de que o abuso sexual de crianças e jovens não deve ser um segredo; desenvolvimento de conteúdos formativos e implementação de um curso de especialização e intervenção junto de crianças e jovens vítimas de violência sexual, destinada aos profissionais das organizações parceiras; desenvolvimento de um manual de procedimentos para a intervenção e apoio de crianças e jovens vítimas de violência sexual; criação e estabelecimento de uma rede de apoio

² Relativamente à adaptação do “*Child Abuse Prevention*”, não foi possível verificar se a mesma terá sido concluída pela referida associação, na medida em que não existe qualquer publicação.

para crianças e jovens vítimas de violência sexual.

2.3. Materiais didáticos de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

2.3.1. A Educação Sexual no Contexto da Formação Profissional

Trata-se de um guia, desenvolvido por Vilar e Souto (2008), no Brasil, no sentido de abordar o tema da educação sexual e a violência sexual nos programas e projetos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e tem como objetivo esclarecer o conceito de sexualidade e de educação sexual. Permite uma abordagem conceptual em contextos de educação profissional e tem como sujeitos de aprendizagem docentes e pessoas facilitadoras. O público-alvo são os pais e mães, docentes e autoridades educativas.

2.3.2. Abuso sexual: mitos e realidade

Este guia brasileiro, de Filho, Abreu, Phebo e Calvi (2002), faz parte da coleção “*Criança Carinho*”, desenvolvida com o objetivo de sensibilizar a comunidade (e.g., os profissionais da educação, serviço social, saúde, técnicos de justiça, pais/cuidadores), aborda algumas das principais questões relacionadas com o abuso sexual contra crianças e adolescentes e procura estimular o diálogo sobre o tema. Este guia tem como público-alvo os pais, mães e adultos envolvidos nos processos educativos. Abrange temas sobre legislação, bem como medidas que elucidem os pais sobre o que devem fazer para prevenir o abuso e protegerem os seus filhos.

2.3.3. Aprendendo a Prevenir: Orientações para o Combate ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Trata-se de um manual brasileiro, de Cordeiro (2006), que oferece informação a docentes e autoridades públicas sobre as diferentes formas de manifestação do abuso sexual, as suas consequências e o perfil do abusador, bem como informação sobre a abordagem de situações de abuso e os mecanismos e procedimentos para denunciá-los. Tem como público-alvo pais e mães, docentes e autoridades educativas.

2.3.4. Linhas Orientadoras para Atuação em Casos de Indícios de Abuso Sexual de Crianças e Jovens

Este trabalho foi elaborado por um grupo de profissionais de diferentes áreas (direito civil e criminal, proteção de menores, educação, medicina, psicoterapia e psiquiatria) com a finalidade

de se constituir como um instrumento prático para os agentes de proximidade em Portugal, visando qualificar e tornar mais eficaz a intervenção preventiva e interventiva precoce na criança em perigo, especialmente na área do abuso sexual (Madeira, 2010, *In Alvarez et al.*, 2010). Este trabalho tem como objetivo disponibilizar a todos os profissionais que possam estar envolvidos neste tipo de situações, um conjunto de diretrizes, permitindo-lhes desenvolver um trabalho na sua área de competência, de forma, a que todos desempenhem a sua função, garantindo, tanto quanto possível, a proteção, reparação e o bem-estar das eventuais vítimas.

2.4. Jogos de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

2.4.1. Coletas y Verdi

Um dos materiais mais recentes é o espanhol “*Coletas y Verdi*” (Rodríguez & Cruz, 2013), estudado e pensado para técnicos que trabalham na área da prevenção primária, deteção e tratamento do abuso sexual de crianças. Como principal objetivo na área da prevenção, pretende promover competências em crianças entre os seis e os 12 anos de idade, na aquisição de estratégias, tais como pedir ajuda, proteger-se de uma possível situação de abuso, distinguir entre toques adequados e desadequados, na identificação de segredos que devem ou não ser guardados, no respeito pelos outros, saber quais os seus direitos e na identificação de diferentes expressões.

Trata-se de um jogo em formato de tabuleiro e um conjunto de cartas com diferentes temas que descrevem as atividades que as crianças têm de realizar e que permitem a acumulação de pontos ao longo do jogo. Este instrumento não tem ainda publicados estudos sobre o seu impacto. Foi vencedor do prémio Tea³, em 2012.

2.4.2. “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”

Recentemente foi desenvolvido, a nível nacional, o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Aguilhas *et al.*, 2016) destinado a crianças entre os seis e os 10 anos de idade. Este jogo foi pensado tendo em conta a escassez de materiais de prevenção primária do abuso sexual em Portugal. Trata-se de um jogo de prevenção primária do abuso sexual e tem como público-alvo crianças entre os seis e os 10 anos, e apresenta como uma mais-valia o fato de poder

³ Prémio TEA: atribuído a trabalhos de investigação que resultam em instrumentos de intervenção cujos requisitos são a qualidade, a criatividade e que sejam úteis e adequados ao contexto social em que se inserem.

ser jogado, não apenas por técnicos de diversas áreas, mas também por pais/cuidadores.

Este jogo visa aumentar conhecimentos sobre o tema, bem como promover o desenvolvimento de competências para saber como identificar e gerir adequadamente situações de abuso sexual em crianças. O jogo caracteriza-se por envolver um tabuleiro com diversas casas, que aludem a um tema geral (mar), no qual duas personagens principais – a Coral e o Búzio – irão acompanhar a criança ao longo do mesmo. O jogo desenvolve-se através de um conjunto amplo de atividades. Essas atividades englobam seis temas: 1. Corpo/ Toques; 2. Emoções; 3. Dizer Sim/ Dizer Não!; 4. Segredos; 5. Internet, e 6. Pedir Ajuda. Cada um destes temas engloba dois níveis de atividades, atividades de nível I - mais simples, dirigidas a crianças que jogam pela primeira vez o jogo - e atividades de nível II - mais complexas, a realizar apenas depois de a criança ter completado as atividades de nível I. As mesmas estão organizadas em diferentes categorias: a) Contar; b) Pintar/Desenhar; c) Mímica, e d) Identificar. Obtém-se, desta forma, um conjunto de 84 atividades, complementadas com alguns materiais de apoio disponibilizados (e.g., peões, marcadores não permanentes, cartões “Mapa do Tesouro” para o adulto e para a criança, “Cartas de Segredos”).

Quanto aos objetivos específicos do jogo, os mesmos constituem uma variedade de situações, nomeadamente, aprender a identificar contactos físicos adequados e inadequados, aprender a identificar segredos que devem ser guardados e segredos que devem contar-se, conhecer os seus direitos, aprender a identificar diferentes emoções e formas de as expressar, conhecer os perigos que podem estar associados à utilização da Internet e aprender a navegar em segurança, e saber pedir ajuda a um adulto.

A forma como estes conhecimentos são transmitidos e a promoção das diferentes competências através de um instrumento de prevenção primária em formato de jogo, relaciona-se com a necessidade de cativar as crianças através de atividades lúdicas que aumentem a sua motivação, e de as fazer participar ativamente podendo, ainda, facilitar a consolidação dos conhecimentos, uma vez que o jogo pode ser jogado mais do que uma vez.

Importa referir que este jogo foi pensado por uma equipa de especialistas e investigadores, pelo que as atividades têm uma importante fundamentação teórica, tendo sido testadas com pais/cuidadores, técnicos de diferentes áreas (nomeadamente, psicólogos, professores de 1.º ciclo, inspetores da Polícia Judiciária) e crianças com idades para as quais este jogo se destina (Agulhas, *et al.*, 2016).

Espera-se assim, que toda a comunidade se consciencialize e adquira conhecimentos que permitam maior atenção, e desenvolvimento de competências para identificar e saber reagir adequadamente face aos crimes de natureza sexual contra crianças.

2.5. Programas de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

2.5.1. Who do you tell?

O programa “*Who do you tell?*” foi desenvolvido em 1983 pela “*Calgary Communities Against Sexual Abuse*” e é destinado a crianças entre os seis e os 12 anos de idade. O programa tem a duração de duas sessões de 60 minutos cada, destinadas às crianças e é dinamizado com professores e/ou cuidadores, através de atividades como a discussão de histórias, canções, vídeos e *role-play*. Este programa tem como principais objetivos abordar temas como o que é o abuso sexual, identificar as partes privadas, aprender a dar respostas assertivas a toques que as fazem sentir desconfortáveis e identificar adultos de confiança (Martyniuk & Dworkin, 2011). Os professores assistem a uma sessão de 60 minutos, cujo objetivo é o de reconhecer uma eventual situação de abuso, bem como os pais, numa sessão de 90 minutos, onde recebem informação sobre abuso sexual e como reagir a uma revelação.

A avaliação após a aplicação do programa concluiu que houve um aumento do conhecimento geral sobre o abuso sexual e uma maior capacidade na distinção entre toques adequados e desadequados, nas crianças (Tutty, 2000). No que diz respeito às avaliações de *follow up*, as mesmas demonstraram efeitos positivos nas crianças, um maior diálogo entre pais e filhos acerca do programa e de questões sobre a sexualidade. São, no entanto, referidos alguns aspetos negativos, tais como uma maior preocupação com o tema e as crianças responderem mais vezes que “não” aos pais, por exemplo, em situações normais do dia-a-dia, o que pode ser indicador de crianças mais críticas e assertivas. De uma forma geral, as avaliações demonstraram um impacto positivo no reforço dos conhecimentos adquiridos (Tutty, 1997).

2.5.2. Child Abuse Prevention (CAP)

Desenvolvido pelo “*National Assault Prevention Center*” em 1985, é destinado a crianças entre os seis e os 12 anos de idade, e inclui, para além das sessões com as crianças, *workshop's* destinados a pais e educadores, onde são utilizadas técnicas de *role-play* e discussão de grupo. Este programa foi adaptado em diversos países, como o Canadá (ESCAPE), e uma versão a ser

desenvolvida em Portugal pela APPEPASC desde 2004, tal como mencionado anteriormente (Maria & Ornelas, 2010). O objetivo é transmitir e ensinar às crianças a diferença entre situações normativas e situações potencialmente perigosas e a forma como devem responder a essas mesmas situações (Cooper, 1995).

Hebert, Lavoie, Piche e Poitras (2001) realizaram um estudo com uma amostra de 133 crianças, em que se verificaram diferenças significativas ao nível dos conhecimentos e competências adquiridos pelas crianças após a aplicação deste programa, quando comparadas com um grupo de controlo. No entanto, dois meses após a participação no programa, e apesar de se verificar que os conhecimentos se mantiveram, houve um ligeiro decréscimo nas competências adquiridas, mantendo-se, contudo, superiores à fase anterior à participação no programa.

2.5.3. Child Abuse Prevention Program (CAPP)

Trata-se de um programa desenvolvido pelo “*Community College of Baltimore County*” (1986), destinado a crianças entre os três e os seis anos de idade, sendo apresentadas cinco histórias em cinco sessões que abordam temas como: partes privadas, recompensas, toques, contar a alguém e relembrar as regras, utilizando técnicas de *role-play* (Maria & Ornelas, 2010).

De acordo com Nomerofsky, Carran, e Rosenberg (1994), os estudos de avaliação de impacto revelaram um aumento de conhecimentos e competências em crianças com seis anos, tendo sido menor nas crianças de três anos. Este aspeto poderá indicar a necessidade de repensar os programas de prevenção primária do abuso sexual para o pré-escolar, numa perspectiva de inclusão de materiais diversos, de carácter lúdico, em contexto escolar, para toda a comunidade.

2.5.4. Body Safety Training (BST)

O “*Body Safety Training*” (Wurtele, 1986) é destinado a crianças entre os três e os sete anos de idade e, ao longo de 10 sessões, são abordados temas como toques adequados e inadequados, revelação do abuso, e identificação de partes privadas, recorrendo-se a técnicas como a modelagem, *role-play*, reforço positivo e *feedback* (Martyniuk & Dworkin, 2011).

Das avaliações de impacto efetuadas, conclui-se uma maior consciencialização de que a criança não é culpada do abuso sexual (Sarno & Wurtele, 1997; Wurtele & Owens, 1997). No entanto, características individuais específicas, podem estar associadas a um aumento do risco de serem abusadas (Black *et al.*, 2001). Do estudo de *follow-up* realizado um ano após a participação

no programa, constatou-se que os conhecimentos e competências mantiveram-se estáveis (Hensley & Soled, 1993). Não se verificaram efeitos negativos nas atitudes das crianças sobre toques adequados e comportamentos sexuais normativos (Currier & Wurtele, 1996; Sarno & Wurtele, 1997).

2.5.5. Red Flag, Green Flag People.

Este programa foi desenvolvido nos EUA, em 1986, pelo “*Rape and Abuse Crisis Center*” e tem três versões: “*T is for touching*”, para crianças de idade pré-escolar; “*Red Flag, Green Flag*”, para crianças do primeiro e segundo ano de escolaridade, e “*Red Flag, Green Flag II*”, para crianças do terceiro e quarto ano de escolaridade. O seu principal objetivo é ajudar as crianças a reconhecerem abusos cometidos por pessoas conhecidas. Relativamente aos temas abordados, os mesmos remetem para o reconhecimento de situações potencialmente abusivas e promoção de assertividade, de modo a saberem responder a essas mesmas situações, e a noção de que devem contar a adultos de confiança até que alguém as oiça e proteja (Maria & Ornelas, 2010). O programa recorre à visualização de vídeos, discussão orientada e *role-play*. A avaliação demonstrou que as crianças revelavam mais conhecimentos, competências e respostas preventivas adequadas (Kolko, Moser, & Hughes, 1989).

2.5.6. Feeling Yes, Feeling No.

O programa “*Feeling Yes, Feeling No*” (Hazard, Webb, Kleemeier, Angent, & Pohl, 1991) é destinado a crianças do primeiro ciclo, entre os seis e os 12 anos de idade, sendo dinamizado em contexto de sala de aula (Martyniuk & Dworkin, 2011), recorrendo-se ao visionamento de vídeos, discussões de grupo e *role-play*. O objetivo é ensinar às crianças a distinção entre toques adequados e inadequados, saber a identificação adequada das partes privadas e procurar ajuda em situação de abuso.

Em termos da avaliação de impacto efetuada, destacam-se como aspetos positivos um aumento geral de conhecimentos sobre abuso sexual por parte das crianças, conseguindo identificar duas das três ações preventivas (e.g., dizer não, ir-se embora e contar a um adulto) e, ainda, a aquisição de competências que lhes permitem distinguir situações normativas de situações potencialmente abusivas (Hazard *et al.*, 1991; Hazard, 1993). As crianças referiram sentir-se mais seguras e menos preocupadas após a aplicação do programa (Hazard, 1993), não

se verificando efeitos negativos nas crianças (e.g., generalização das regras), sendo que após um ano, os conhecimentos acerca do abuso sexual aumentaram em relação ao pré-teste (Hazzard *et al.*, 1991).

2.5.7. Stop it now!

Desenvolvido por Fran Henry, vítima de abusos sexuais, em 1992, nos EUA, tendo como principal objetivo a sensibilização de adultos, famílias e comunidade em geral, de modo a trabalharem na prevenção primária. Através de campanhas de *marketing*, intervém de forma comunitária na educação pública e na defesa da correta informação acerca dos abusos sexuais. Pretende, ainda, melhorar os serviços de apoio a crianças vítimas de abusos sexuais, disponibilizar educação sexual de acordo com a idade das crianças, perceber quais os comportamentos das crianças que as tornam mais vulneráveis e proporcionar serviços especializados para os abusadores (Maria & Ornelas, 2010). Atualmente, continuam os seus esforços na área da prevenção primária, de forma a promoverem nos adultos a responsabilização na identificação e reconhecimento de comportamentos que levam ao abuso, salientam a importância de que estratégias de prevenção a longo prazo devem mudar normas sociais, de modo que o abuso sexual de crianças não seja tolerado.

2.5.8. Talking About Touching

O “*Talking About Touching*” (Committee for Children of Seattle, 1996) é destinado a crianças do pré-escolar ao terceiro ano de escolaridade (crianças entre os quatro e os oito anos de idade) e aborda o temas da regras de segurança para objetos e pessoas como, por exemplo, na rua, em caso de incêndio e/ou afogamento. Aborda ainda a assertividade, toques adequados e desadequados e sentimentos. Recorre ao uso de cartões com fotografias, *poster's*, vídeos, livros de histórias e músicas, ao longo de 15 sessões com uma duração média entre 15 e 30 minutos (Martyniuk & Dworkin, 2011).

Das avaliações de impacto efetuadas foi possível concluir que houve um aumento de conhecimentos acerca do abuso sexual e de competências de auto proteção (Jacobs, Hashima, & Kenning, 1995; Sylvester, 1997), bem como uma maior capacidade para distinguir situações seguras de não seguras, não se verificando quaisquer efeitos negativos nas crianças, sendo que os conhecimentos e competências mantiveram-se dois meses após a participação no programa

(Jacobs *et al.*, 1995).

Tendo em conta a descrição dos vários materiais - campanhas, guias/materiais didáticos, e programas de prevenção primária do abuso sexual existentes, verificam-se alguns aspetos comuns, quer ao nível das técnicas e estratégias utilizadas, quer ao nível dos estudos de impacto. Quanto ao público-alvo, apenas se destaca o fato de nem todos os programas considerarem uma população mais abrangente (pais e técnicos de diversas áreas), à exceção do CAP, do “*Body Safety Training*”, e do jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, que se mostram mais abrangentes, de forma a envolverem pais e professores na prevenção do abuso sexual de crianças. Assim, parece ser, condição *sine qua non* para que a prevenção se torne eficaz, aglomerando um conjunto de estratégias, de forma, a que os adultos assumam responsabilidade e ação na prevenção (Martyniuk & Dworkin, 2011).

Relativamente à avaliação de impacto, podemos verificar que a eficácia dos materiais se mostrou positiva. Segundo Wurtele (2002), a análise comparativa que a autora fez aos resultados dos vários estudos de avaliação de impacto de programas de prevenção do abuso sexual de crianças é caracterizada da seguinte forma: Ampliação de Conhecimentos, Desenvolvimento de Competências, Redução da Incidência dos Casos de Abusos Sexuais e Efeitos Secundários Negativos e Positivos.

Relativamente à ampliação de conhecimentos, alguns autores referem que se verificou ampliação de conhecimentos e que os mesmos se mantêm mais de um ano após a implementação do programa, se bem que o impacto seja mais expressivo em crianças mais velhas do que em crianças mais novas (Rispen *et al.*, 1997).

No que ao desenvolvimento de competências diz respeito, as crianças conseguem desenvolver capacidades para identificar toques desadequados após participação nos programas de prevenção. Os programas conseguem ainda desenvolver nas crianças maior capacidade de resistência, quer ao nível verbal - dizer não, gritar ou ameaçar revelar o abuso -, quer ao nível comportamental – fugir (Wurtele, 2002).

Finkelhor e Jones (2004) referem o aumento da consciência na comunidade em geral sobre os abusos sexuais de crianças como um dos fatores determinantes para a real diminuição da sua incidência, associado aos esforços na identificação, sinalização e detenção dos agressores sexuais, de forma a criar um efeito dissuasor em potenciais abusadores.

Por último, quanto aos efeitos secundários negativos e positivos, verificou-se como efeitos

positivos os pais notarem que as crianças aparentam falar mais da forma como gostam e não gostam que lhes toquem, lidam melhor com situações conflituosas, são mais assertivas e autónomas e demonstram maior auto confiança, e ainda um maior diálogo entre pais e filhos acerca de questões sobre a sexualidade.

Quanto aos efeitos negativos, são referidos alguns aspetos, tais como uma maior preocupação por parte dos pais com o tema e as crianças responderem mais vezes que “não” aos pais, por exemplo, em situações normais do dia-a-dia. Contudo, de acordo com Wurtele, Kast, Miller-Perrin e Kondrick (1989), quando se fala em efeitos negativos pode acontecer que, ao longo do tempo, as crianças tenham tendência a generalizar as regras sobre, por exemplo, proteger as suas partes privadas, aplicando-as incorretamente a dois pedidos adequados: não deixarem os profissionais de saúde, ou os pais, tocar-lhes em situações normativas, quer em contexto de consulta médica, quer para fins de higiene, respetivamente. Daí a necessidade da aplicação dos materiais de prevenção primária do abuso sexual ser continuada no tempo.

Em suma, os resultados apresentados demonstram a relevância e a importância da implementação de materiais (instrumentos e programas) de prevenção primária do abuso sexual de crianças, a toda a comunidade e não apenas às crianças, através da transmissão da informação necessária acerca do fenómeno, de modo a promover o aumento dos conhecimentos, das competências para identificar e gerir possíveis situações abusivas, da desmistificação dos mitos associados, de forma a poderem lidar com uma possível revelação e poderem proteger, de forma adequada, as crianças.

Capítulo III – Avaliação do Impacto do Jogo – Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos

Assim, e tendo em conta que o jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças, “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” é recente, torna-se relevante perceber se os objetivos a que se propôs são alcançáveis.

Embora tenha havido, há algumas décadas, uma maior preocupação na participação dos pais como participantes ativos na prevenção (Wurtele & Miller-Perrin, 1992), o potencial dos esforços de prevenção focados nos pais não foi realizado. Houve uma tentativa por parte de alguns investigadores em educar/informar os pais, acerca de factos relativos ao abuso sexual de crianças,

(e.g., Burgess & Wurtele, 1998; Herbert, Lavoie, & Parent, 2002), outros, acerca da educação dos filhos, sobre segurança pessoal e abuso sexual (e.g., Wurtele, Kast, & Melzer, 1992).

Plummer (2001), numa avaliação efectuada a 87 programas, verificou que, aproximadamente metade, incluía algum tipo de componente de participação parental e, inclusivamente alguns materiais educativos e/ou de acompanhamento podiam ser adquiridos pelos pais de forma a poderem ser aplicados em contexto familiar.

Segundo Wurtele (2009), enquanto não se perceber a verdadeira eficácia dos esforços aplicados aos materiais de prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes centrada nos pais, será difícil diminuir ou eliminar os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, a menos que os pais sejam participantes ativos.

Desta forma, torna-se pertinente e necessário prevenir o abuso sexual de crianças com a participação dos pais/cuidadores, dado que a família é o nível mais proximal da ecologia da criança. Idealmente, os materiais focados nos pais/cuidadores devem incluir informação acerca do seu conteúdo, focada na criança, para que possam reforçar e praticar conceitos e habilidades de segurança em casa, tal como os pais também devem ser informados sobre os indicadores de uma possível situação abusiva, bem como informações/sugestões de forma a saber lidar com a mesma. Os pais precisam de ser encorajados a falar com os seus filhos sobre sexualidade e limites pessoais, sendo que através da aquisição destes conhecimentos, o diálogo entre pais e filhos acerca do fenómeno do abuso sexual seja menos constrangedor, ou seja, tirar partido de momentos de aprendizagem/ensinamento no contexto familiar, de forma a instruir as crianças (Abel & Harlow, 2001).

3.1. Objetivos

Tendo em conta a problemática do fenómeno do abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como a necessidade que os materiais de prevenção primária do mesmo demonstrem em termos da sua eficácia, o presente estudo, tem como principal objetivo, avaliar o impacto do jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças entre os seis e os 10 anos, em pais/ cuidadores e respetivas crianças. Os objetivos específicos do jogo “*Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral*”, constituem uma variedade de situações, nomeadamente, aprender a identificar contactos físicos adequados e desadequados, aprender a identificar segredos que devem ser guardados e segredos que devem contar-se, conhecer os seus direitos, aprender a identificar

diferentes emoções e formas de as expressar, conhecer os perigos que podem estar associados à utilização da Internet e aprender a navegar em segurança, e saber pedir ajuda a um adulto.

Neste sentido, pretendeu-se com a presente dissertação, averiguar em que medida o jogo de prevenção primária do abuso sexual, permite promover, a pais/cuidadores e crianças, conhecimentos acerca do fenómeno, bem como desenvolver competências para saber identificar e lidar eficazmente perante uma situação potencialmente abusiva. Mais concretamente, como objetivos específicos, pretende-se verificar: 1) se houve aumento dos conhecimentos sobre o tema, nos pais/cuidadores e nas crianças; 2) se houve desenvolvimento de competências para saber identificar e agir adequadamente numa possível situação abusiva, nas crianças.

3.2. Hipóteses

De acordo com os objetivos referidos anteriormente, espera-se que existam diferenças entre as fases pré e pós-teste, sendo que é esperado, que:

Hipótese 1: nos pais/cuidadores, exista um maior conhecimento acerca do tema do abuso sexual de crianças e adolescentes, da fase pré para a fase pós.

Hipótese 2: as crianças apresentem mais conhecimentos acerca do tema do abuso sexual de crianças adolescentes na fase pós-teste, por comparação com a fase pré-teste.

Hipótese 3: as crianças apresentem mais competências para saber identificar e agir adequadamente perante uma possível situação abusiva na situação pós-teste, por comparação com a fase pré-teste.

Capítulo IV – Método

4.1. Delineamento

Face aos objetivos acima referidos, delineou-se um estudo de comparação, intra-sujeitos⁴, pré e pós-teste, sendo o *O1* a representação dos participantes num primeiro momento (pré-teste), o *X*, a aplicação do jogo, e o *O2* a representação dos participantes no segundo momento (pós-teste). (Figura 1).



Figura 1: Representação dos momentos de avaliação.

4.2. Participantes

Com o objetivo de averiguar se os instrumentos para o presente estudo seriam ou não adequados, em termos da sua linguagem e compreensão, realizou-se um pré-teste aos mesmos junto de uma amostra de conveniência, composta por dois adultos (pais/cuidadores), e duas crianças. Relativamente à caracterização dos adultos, são ambos do sexo feminino, com 32 e 43 anos de idade. Quanto ao seu estado civil, ambas são casadas/união de fato. Relativamente às habilitações literárias, uma tem licenciatura e, a outra doutoramento. Quanto às suas profissões, uma é psicóloga e a outra é oficial de justiça. Relativamente à caracterização das crianças quanto ao sexo, uma é do sexo feminino e a outra do sexo masculino, ambas com 10 anos de idade e a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico.

Para o presente estudo recorreu-se a uma amostra por conveniência, constituída inicialmente por 28 participantes. Destes, 12 são pais/cuidadores e 16 são crianças. Após verificados todos os questionários, eliminaram-se três participantes – um adulto e duas crianças – pelo facto dos mesmos não estarem preenchidos de forma adequada. Assim, a amostra total é constituída por um total de 25 participantes, dos quais 11 são pais/cuidadores e 14 são crianças. Relativamente aos pais/cuidadores, dois são do sexo masculino e os restantes do sexo feminino e têm idades compreendidas entre os 29 e os 44 anos de idade ($M= 38.45$; $DP= 4.84$). Da análise às características sociodemográficas salienta-se que a maioria (81.8%) dos pais/ cuidadores tem um

⁴ Intra-sujeitos, uma vez que a amostra é constituída, utilizando os mesmos sujeitos no pré e no pós-teste.

estado civil de casado/união de fato, um é solteiro (9.1%) e outro divorciado (9.1%). Quanto às habilitações literárias, verifica-se que quase todos os participantes possuem formação ao nível da licenciatura ou superior (54.5%), com experiência profissional em diferentes áreas de atuação (saúde, psicologia, forças de segurança). Em termos de grau de parentesco, dos adultos participantes uma é tia, dois são pais e os restantes (oito) são mães.

No que às crianças diz respeito, seis são do sexo masculino e oito do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade ($M= 7.71$; $DP= 1.27$) e a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico.

Foi definido como critério de inclusão não haver qualquer indicador de existência de défice cognitivo nas crianças e, na subamostra de pais/cuidadores, os mesmos terem, pelo menos, um filho, quando pais, ou de estarem habitualmente com uma criança da família, se o grau de parentesco for outro (e.g., tios-sobrinhos ou avós-netos), na faixa etária entre os seis e os 10 anos.

4.3. Instrumentos

Para o presente estudo, foram construídos dois questionários. Um para os adultos (pais/cuidadores) e outro para as crianças. Ambos os questionários construídos com base na revisão de literatura efetuada sobre abuso sexual (e.g., Wurtele *et al.*, 1992). Relativamente aos resultados deste pré-teste, estes indicam que os questionários se mostraram adequados quanto à sua linguagem, sendo facilmente compreendidos pelos participantes. Desta forma, não se efetuaram quaisquer alterações ao nível do seu conteúdo e estrutura.

Seguidamente, descrever-se-ão os questionários utilizados para o presente estudo – um para os adultos (pais/cuidadores) e outro para as crianças.

4.3.1. Questionário dos adultos.

O questionário dos adultos (anexo A) é composto por questões que visam analisar: os conhecimentos que os adultos têm acerca da problemática do abuso sexual; a perceção que estes têm sobre os conhecimentos que as crianças devem ter em relação ao abuso; as competências dos adultos para identificar e agir perante uma possível situação abusiva. O questionário é constituído por 21 itens, com uma escala de resposta de tipo *Likert* de três pontos (1 = *Verdadeiro*, 2= *Falso* e 3= *Não Sei*). Os temas abordados são: O que é o abuso sexual (e.g., “*Deve explicar-se às crianças o que se entende por comportamentos sexuais para ficarem mais competentes para*

lidar com eventuais situações abusivas”); toques (e.g., *“Se a criança disser que alguém próximo/familiar lhe tocou de uma forma que ela não gostou, nem sempre devemos acreditar”*); vítimas (e.g., *“Crianças do sexo masculino raramente são vítimas de abuso sexual”*); agressores (e.g., *“Os agressores sexuais são, na maior parte das vezes, pessoas que a criança não conhece”*); internet (e.g., *“Qualquer criança em idade escolar pode ter acesso a contas de Facebook ou outras redes sociais, na Internet”*); segredos (e.g., *“Devemos ensinar às crianças que todos os segredos devem ser guardados”*); e revelação/denúncia (e.g., *“Apenas devemos denunciar uma situação de abuso sexual quando temos a certeza que esta aconteceu”*). O questionário apresenta, ainda, sete questões que visam recolher informação sociodemográfica, nomeadamente: identificação do responsável legal da criança (sexo, idade, estado civil e habilitações literárias dos pais/ cuidadores); situação familiar da criança (grau de parentesco com a criança, número de elementos e de crianças do agregado familiar).

4.3.2. Questionário das crianças.

O questionário das crianças (anexo B) é composto por duas partes, sendo que a primeira é composta por 12 itens que visam avaliar os conhecimentos das crianças sobre o abuso sexual, bem como as suas competências para saber identificar e agir perante uma possível situação abusiva, remetendo para temas como: Dizer sim/ dizer não (e.g., *“Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal”*); internet (e.g., *“Posso dar os meus dados pessoais (por exemplo nome, morada, nome da escola) a alguém que eu não conheço”*); corpo/toques (e.g., *“O meu corpo tem partes privadas que estão protegidas pela roupa interior e que não podem ser tocadas por qualquer pessoa”*); pedir ajuda (e.g., *“Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, devo contar logo a um adulto em quem confio”*); segredos (e.g., *“Se um amigo meu mais velho me pedir para tirar a roupa e pedir segredo, devo guardá-lo”*); e emoções (e.g., *“Devo pedir ajuda a alguém de confiança quando sinto emoções negativas que me fazem sentir mal”*). A escala de resposta é, tal como a dos adultos, de três pontos (1 = Verdadeiro, 2 = Falso e 3= Não Sei). A segunda parte do questionário é composta por seis situações hipotéticas, que visam avaliar o comportamento que a criança teria se fosse confrontada com a situação relatada e, ainda, o que faria em cada uma delas (intenção comportamental). Cada situação tem duas alíneas de resposta, a) e b), sendo a primeira de resposta fechada, medida numa escala de resposta de três pontos (1 = Sim, 2 = Não, 3= Não Sei). Estas questões foram pensadas

com base no instrumento “*What If*” *Situations Test* (Wurtele *et al.*, 1998), que contém seis escalas destinadas a avaliar a capacidade das crianças para reconhecer, resistir e relatar toques inapropriados, e cujos resultados apresentaram uma consistência interna e teste-reteste das seis escalas cumprindo as normas de investigação, tendo o alfa de *Cronbach* variado entre .75 e .90 e o *r* de *Pearson* varia entre .60 e .84, suportando a consistência interna e estabilidade temporal.

Na segunda alínea (b) é solicitado à criança que descreva o que faria em cada uma das situações, sendo esta uma questão de resposta aberta.

Tal como no questionário dos adultos, foram solicitados alguns dados sociodemográficos das crianças, nomeadamente, sexo, idade, e data de nascimentos, bem como a situação escolar (ano de escolaridade concluído).

4.4. Procedimento

4.4.1. Procedimento de Recolha.

O procedimento de recolha de dados teve início em finais de abril de 2016, após o lançamento do jogo de Agulhas *et al* (2016) e envolveu o contacto com pais e cuidadores que se pudessem constituir como potenciais participantes para este estudo e para o pré-teste do questionário. No dia do lançamento do jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças dos seis aos 10 anos, “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Agulhas *et al.*, 2016), foram distribuídos *flyers* (anexo C) pelos presentes a solicitar a participação de pais ou outros cuidadores que se disponibilizassem a jogar o jogo com uma ou mais crianças. Dez pessoas disponibilizaram-se nesse dia, para o efeito, apesar de apenas duas terem efetivamente participado. Em junho foram enviados novos pedidos de participação, através de *email*, para potenciais participantes que se teriam disponibilizado inicialmente, bem como para uma lista pessoal de contactos, constituída por pais/cuidadores (e.g., Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens), bem como por escolas públicas e privadas. No *email* foram enviados diversos documentos, nomeadamente uma descrição detalhada acerca do estudo (anexo D), do procedimento (anexo E) do mesmo, bem como o consentimento informado (anexo F). No procedimento enviado por *email* foi descrito detalhadamente o que era pretendido em termos de instruções de aplicação do jogo, nomeadamente, que o jogo seria jogado pelos pais/cuidadores com as crianças, em díade, sem a presença de elementos ambientais distratores ou terceiras pessoas. Foi esclarecido que os questionários seriam de autopreenchimento, em dois

momentos, isto é, antes de jogarem o jogo (pré-teste) e após jogarem o jogo (pós-teste). No entanto, e, como já referido anteriormente, houve situações em que jogaram fratrias dentro da faixa etária pretendida, sendo que esta situação está de acordo com os critérios de inclusão definidos pelo próprio jogo, podendo ser jogado até um grupo de 4 crianças (estar entre a faixa etária dos seis aos 10 anos e não haver défice cognitivo nas crianças).

As questões éticas e deontológicas inerentes à pesquisa em psicologia foram cumpridas, assegurando-se em todos os momentos a confidencialidade, privacidade e proteção dos dados, utilizados única e exclusivamente para a presente investigação. Os participantes foram informados que a sua participação era voluntária e que a qualquer momento podiam cessar a sua colaboração em qualquer momento, sem qualquer tipo de explicação.

De modo a garantir que todos os participantes (pais/ cuidadores e respetivas crianças) sabiam qual o procedimento a efetuar, este foi novamente explicado, no momento em que se entregou o jogo e os questionários pré e pós-teste. Foram também esclarecidas todas as dúvidas existentes.

No final, os pais/cuidadores foram informados de que poderiam contactar a investigadora e /ou orientadoras, caso necessitassem de mais informação, quer do procedimento, quer dos resultados obtidos.

4.4.2. Procedimento de Análise.

Para a análise dos dados criou-se uma base de dados na versão 23.0 do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), onde se introduziram os dados segundo uma codificação pré-estabelecida, de forma a identificar cada variável em estudo. Quanto ao tratamento estatístico, foi efetuada a estatística descritiva e testes não paramétricos que permitam responder aos objetivos propostos no presente estudo. Para isso recorreu-se às tabelas de frequência.

Tendo em conta a exiguidade da amostra (Pais/ cuidadores = 11; Crianças = 14), e as variáveis serem de natureza qualitativa nominal, considerou-se que o teste mais adequado seria o *Marginal Homogeneity Test*⁵ (teste de homogeneidade marginal).

As respostas abertas dadas pelas crianças às diferentes situações apresentadas na segunda

⁵ No teste de homogeneidade marginal, as variáveis podem assumir mais do que duas categorias. Esta avalia as frequências marginais de diferentes linhas e as colunas correspondentes.

parte do questionário desenvolvido para as mesmas, tiveram como base um dicionário de categorias (anexo G), criado especificamente para este estudo, em conjunto com as orientadoras.

Foram atribuídas às respostas das crianças, as categorias “*adequada*”, “*satisfatória*” e “*desadequada*”, que valem 2, 1 e 0, definidas de acordo com alguns critérios, tendo em conta as diferentes situações que compõem o questionário e ao tema ligado a essas mesmas situações (toques adequados ou desadequados, emoções, pedir ajuda a um adulto de confiança, dizer sim/dizer não e internet).

Foram então definidos os seguintes critérios para situações normativas e não normativas: a resposta seria “*adequada*”, quando se traduzisse num conhecimento adequado, “*satisfatória*”, quando se traduzisse num conhecimento adequado, mas pouco fundamentado, e, “*desadequada*”, quando se traduzisse numa incapacidade por parte da criança, em distinguir situações normativas de não normativas. De forma a criar um padrão, foram apresentados exemplos de respostas para cada uma das categorias.

Capítulo V – Resultados

O objetivo do presente estudo consistia em averiguar em que medida o jogo de prevenção primária do abuso sexual permite promover, a pais/cuidadores e crianças, conhecimentos acerca da problemática do abuso sexual, bem como desenvolver competências para saber identificar e lidar eficazmente perante uma situação potencialmente abusiva. Mais concretamente, como objetivos específicos, pretende verificar-se se houve:- 1) aumento dos conhecimentos sobre o tema, nos pais/cuidadores e nas crianças, e 2) desenvolvimento de competências para saber identificar e agir adequadamente numa possível situação abusiva, nas crianças.

Face aos objetivos, os resultados serão apresentados em função das hipóteses estabelecidas.

H1. Espera-se que para os pais/cuidadores exista um maior conhecimento acerca do tema do abuso sexual de crianças e adolescentes, da fase pré para a fase pós.

Para testar a hipótese descrita, tendo em conta a exiguidade da amostra (N=11), foi inicialmente feita uma análise descritiva e comparativa entre os resultados do pré (antes da aplicação do jogo) e do pós-teste (após a aplicação do jogo), de modo a analisar a frequência de respostas para os 21 itens que compõem a escala.

Em termos gerais, verifica-se (Quadro 5.1.1) que, em cerca de metade dos itens (47.6%) não se verificaram diferenças na frequência de respostas da fase pré-teste para o pós-teste. Mais concretamente, nos itens 1, 2, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 18, e, 20, os adultos participantes deram a mesma resposta nos dois momentos de recolha de informação. Tendo em conta as respostas dadas, verifica-se que os adultos participantes responderam de forma correta aos itens supracitados, em ambos os momentos.

Quadro 5.1.1 *Frequência de respostas aos itens do questionário dos adultos, no pré e no pós-teste.*

Item	Categorias de Resposta	Pré-Teste	Pós-teste
1“Os adultos devem supervisionar o acesso das crianças à Internet”	Verdadeiro	100%	100%
2“Devemos ensinar às crianças que todos os segredos devem ser guardados”	Falso	100%	100%
3 “Deve explicar-se às crianças o que se entende por comportamentos sexuais para ficarem mais competentes para lidar com eventuais situações abusivas”	Verdadeiro	72.7%	90.9%
	Não Sei	18.2%	(-)
6“Se a criança fizer um relato muito vago sobre a situação de abuso sexual é porque está a mentir ou fantasiar”	Falso	100%	100%
8“Devemos ensinar às crianças que se alguém lhes tocar e elas não gostarem, devem dizer “não”	Verdadeiro	100%	100%
9“Apenas se considera abuso sexual quando existe penetração”	Falso	100%	100%
	Falso	90.9%	100%
10“Os agressores sexuais são, na maior parte das vezes, pessoas que a criança não conhece”	Não Sei	9.1%	(-)
11“O abuso sexual tanto pode ser cometido por homens como por mulheres”	Verdadeiro	100%	100%
12“Se a criança disser que alguém próximo/familiar lhe tocou de uma forma que ela não gostou, nem sempre devemos acreditar”	Falso	100%	100%
13“Muitas crianças não revelam uma situação de abuso sexual porque sentem culpa e vergonha”	Verdadeiro	100%	100%
18“Crianças do sexo masculino raramente são vítimas de abuso sexual”	Falso	100%	100%
20“Se a criança consentir não estamos perante uma situação de abuso sexual”	Falso	100%	100%

Nota: As respostas foram dadas numa escala de *Likert* de 3 pontos (Verdadeiro; Falso; Não Sei).

Depois de efetuada a análise descritiva e comparativa, para testar a hipótese 1 foram realizados testes não paramétricos (*Marginal Homogeneity Test*), para os itens para os quais era possível fazer esta mesma análise (4, 5, 7, 14, 15, 16, 17, 19 e 21). Tal como pode verificar-se pelo Quadro 5.1.2., não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o pré e o pós-teste em nenhum dos mesmos ($p's > 0.05$). Ainda assim, verificou-se logo no primeiro momento (pré-teste), que as respostas dadas pelos participantes foram maioritariamente corretas.

Quadro 5.1.2 *Análise da existência de diferenças nas respostas aos itens do questionário dos adultos, no pré e no pós-teste, realizada através do Marginal Homogeneity Test.*

Item	Categorias de Resposta	Pré-Teste	Pós-teste	MH	P-value
4“A maior parte das revelações de abuso sexual por parte das crianças é falsa”	Falso	72.7%	90.9%	-1.41	.157
	Não Sei	27.3%	9.1%		
5“Apenas devemos denunciar uma situação de abuso sexual quando temos a certeza que esta aconteceu”	Verdadeiro	18.2%	36.4%	-1.41	.157
	Falso	63.6%	63.6%		
7“O abuso sexual acontece, acima de tudo, em famílias com baixo nível sócio económico”	Não Sei	18.2%	(-)	1.34	.180
	Verdadeiro	(-)	9.1%		
14“As crianças devem ser ensinadas a não guardar segredo se alguém tentar tocar nas suas partes privadas”	Falso	81.8%	90.9%	1.0	.317
	Não Sei	18.2%	(-)		
15“Se uma criança revela que sofreu abuso sexual e depois nega, é muito provável que seja mentira”	Verdadeiro	100%	90.9%	1.0	.317
	Falso	(-)	9.1%		
16“Qualquer criança em idade escolar pode ter acesso a contas de Facebook ou outras redes sociais, na Internet”	Não Sei	(-)	9.1%	-1.63	.102
	Verdadeiro	45.5%	18.2%		
17“Os agressores são pessoas que, no dia-a-dia, apresentam comportamentos normais”	Falso	54.5%	72.7%	1.0	.317
	Não Sei	(-)	9.1%		
19“Falar de abuso sexual com crianças mais novas pode ser traumatizante para elas”	Verdadeiro	9.1%	9.1%	1.0	.317
	Falso	54.5%	72.7%		
21“Na maioria das vezes, o agressor recorre à violência física como forma de intimidar a vítima”	Não Sei	36.4%	18.2%	-577	.564
	Verdadeiro	63.6%	72.7%		
	Falso	36.4%	27.3%		

Nota: As respostas foram dadas numa escala de *Likert* de 3 pontos (Verdadeiro; Falso; Não Sei).

Face aos resultados não se verifica H1.

H2. Espera-se que as crianças apresentem mais conhecimentos acerca do tema do abuso sexual de crianças e adolescentes na fase pós-teste, por comparação com a fase pré-teste.

Tal como a hipótese anterior, tendo em conta a dimensão da amostra (N= 14), foi realizada uma análise descritiva e comparativa entre os resultados do pré (antes da aplicação do jogo) e do pós-teste (após a aplicação do jogo), de modo a analisar a frequência de respostas para os 12 itens que compõem a escala.

Numa primeira análise, verificamos que em 25% dos itens (Quadro 5.1.3), é possível verificar que não houve variação de respostas do pré-teste para o pós-teste, sendo que as respostas dadas a estes três itens são corretas (4, 8 e 12), revelando que as crianças apresentavam este tipo de conhecimentos *à priori*.

Quadro 5.1.3 *Frequência de respostas aos itens do questionário das crianças, no pré e no pós-teste.*

Item	Categorias Resposta	Pré-Teste	Pós-teste
2. “Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.”	Verdadeiro	64.3%	100%
	Falso	14.3%	(-)
	Não Sei	21.4%	(-)
4. “Posso dar os meus dados pessoais (por exemplo nome, morada, nome da escola) a alguém que eu não conheço.”	Falso	100%	100%
5. “O meu corpo tem partes privadas que estão protegidas pela roupa interior e que não podem ser tocadas por qualquer pessoa.”	Verdadeiro	92.9%	100%
	Não Sei	7.1%	(-)
6. “Se um amigo meu mais velho me pedir para tirar a roupa e pedir segredo, devo guardá-lo.”	Verdadeiro	7.1%	(-)
	Falso	78.6%	100%
	Não Sei	14.3%	(-)
8. “Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, devo contar logo a um adulto em quem confio.”	Verdadeiro	100%	100%
	Verdadeiro	21.4%	(-)
9. “Tenho sempre de guardar todos os segredos.”	Falso	71.4%	100%
	Não Sei	7.1%	(-)
	Verdadeiro	85.7%	100%
10. “Se um adulto fizer alguma coisa que me faça sentir mal, devo dizer o que sinto a alguém de confiança.”	Não Sei	14.3%	(-)
12. “Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.”	Verdadeiro	100%	100%

Nota: As respostas foram dadas numa escala de *Likert* de 3 pontos (Verdadeiro; Falso; Não Sei).

Em cerca de 42% dos itens que compõem a escala de crianças acerca dos conhecimentos sobre abuso sexual (2, 5, 6, 9 e 10) (quadro 5.1.3.), a percentagem de respostas dadas no pré-teste apresenta uma variação no pós-teste. No item 2, por exemplo, 64.3% das crianças respondeu verdadeiro, enquanto que a totalidade das crianças (100%), respondeu verdadeiro no pós-teste.

Também para os itens 6, 9 e 10 a análise descritiva mostrou existirem diferenças na variação de respostas: para o item 6, por exemplo, 78.6% responderam “falso” e no pós-teste a totalidade das crianças escolheu essa opção de resposta, sendo esta a resposta correta ao item.

Por forma a responder à hipótese 2, procedeu-se à condução de testes não paramétricos (*Marginal Homogeneity Test*) para os itens para os quais era possível correr esta análise (itens 1, 3, 7 e 11), verificando-se que é apenas para o item 11 (“Tenho que obedecer sempre aos adultos.”), que se verificaram diferenças estatisticamente significativas, $MH = 2.83$, $p = .005$, entre as repostas do pré e do pós-teste, verificando-se um aumento das respostas “falso” na fase pós-teste (de 14.3% para 71.4%) (Quadro 5.1.4). Estes resultados permitem verificar apenas parcialmente a hipótese 2.

Quadro 5.1.4 *Análise da existência de diferenças nas respostas aos itens do questionário das crianças, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.*

Item	Categorias de Resposta	Pré-Teste	Pós-teste	MH	p-value
1. “Se me perder na rua ou noutra local, devo pedir ajuda a um adulto.”	Verdadeiro	85.7%	92.9%	1.0	.317
	Falso	7.1%	7.1%		
	Não Sei	7.1%	(-)		
3. “Devo pedir ajuda a alguém de confiança quando sinto emoções negativas que me fazem sentir mal.”	Verdadeiro	92.9%	92.9%	1.41	1.0
	Falso	7.1%	7.1%		
7. “Posso encontrar-me pessoalmente com alguém que apenas conheço através da Internet.”	Verdadeiro	14.3%	7.1%	1.41	.48
	Falso	64.3%	92.9%		
	Não Sei	21.4%	(-)		
	Não Sei	14.3%	(-)		
11. “Tenho que obedecer sempre aos adultos.”	Verdadeiro	85.7%	28.6%	2.83	.005*
	Falso	14.3%	71.4%		

Nota: Às categorias de resposta foram atribuídos os seguintes valores: Verdadeiro; Falso; Não Sei;
* itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas $p < 0.05$.

H3. Espera-se que as crianças apresentem mais competências para saber identificar e agir adequadamente perante uma possível situação abusiva na situação pós-teste, por comparação com a fase pré-teste.

Seguindo o mesmo procedimento de análise, verifica-se que em cerca de 33% (i.e., duas das seis apresentadas) das situações potencialmente abusivas, não se encontraram variações na percentagem de respostas dadas nos dois momentos de recolha de dados, sendo a resposta destas correta logo na fase pré-teste (Quadro 5.1.5).

Quadro 5.1.5 *Frequência de respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste.*

Item	Categorias Resposta	Pré-Teste	Pós-teste
1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:	Sim	64.3%	64.3%
	Não	28.6%	35.7%
a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?	Não Sei	7.1%	(-)
2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.	Sim	57.1%	92.9%
	Não	35.7%	7.1%
a) Contavas a alguém?	Não Sei	7.1%	(-)
3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido?”	Sim	85.7%	92.9%
	Não	7.1%	7.1%
a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?	Não Sei	7.1%	(-)
4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:	Sim	92.9%	85.7%
	Não	7.1%	14.3%
a) Pedias ajuda a um adulto?	Sim	64.3%	100%
	Não	28.6	(-)
a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?	Não Sei	7.1	(-)
6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:	Sim	21.4%	21.4%
	Não	71.4%	71.4%
a) Achas que devias ter uma rede social?	Não Sei	7.1%	7.1%

Nota: As respostas foram dadas numa escala de *Likert* de 3 pontos (Verdadeiro; Falso; Não Sei).

De seguida e por forma a compreendermos se as respostas dadas pelas crianças à segunda alínea (b), foram adequadas, desadequadas ou satisfatórias, efetuámos uma análise descritiva para verificar a variação das mesmas. Procedemos igualmente à análise da verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas das situações, através do *Marginal Homogeneity Test* ($p's < 0.05$) (Quadro 5.1.6).

Quadro 5.1.6 *Análise às respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste, através da análise descritiva e da existência de diferenças estatisticamente significativas através do Marginal Homogeneity Test.*

Item	Categorias Resposta	Pré-Teste	Pós-teste	MH	p-value
1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:	Desadequada	28.6%	28.6%		
	Satisfatória	28.6%	28.6%		
b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?	Adequada	35.7%	42.9%	-1.0	.317
2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.	Desadequada	35.7%	7.1%		
	Satisfatória	14.3%	21.4%		
b) O que farias?	Adequada	42.9%	71.4%	1.88	.061
3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido?”	Desadequada	21.4%	(-)		
	Satisfatória	42.9%	28.6%		
b) O que farias?	Adequada	35.7%	71.4%	-2.13	0.33*
4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:	Desadequada	14.3%	7.1%		
	Satisfatória	35.7%	28.6%		
b) O que farias?	Adequada	50.0%	64.3%	-1.13	.257
5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.	Desadequada	28.6%	(-)		
	Satisfatória	42.9%	28.6%		
b) O que farias?	Adequada	28.6%	71.4%	-2.50	.012*
6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:	Desadequada	14.3%	21.4%		
	Satisfatória	14.3%	35.7%		
b) O que farias?	Adequada	64.3%	35.7%	2.23	.025*

Nota: Às categorias de resposta foram atribuídos os seguintes valores: Adequada; Desadequada; Satisfatória; * itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas $p < 0.05$.

Por forma a testar a hipótese 3, procedeu-se à condução de testes não paramétricos para os quais era possível correr os mesmos.

Em termos gerais, verificam-se diferenças estatisticamente significativas para a situação 3, na qual se questiona a criança sobre o que faria se imaginasse que um adulto que não conhece viesse ter com ela e lhe dissesse: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido?” ($MH = -2.13$; $p = .033$). Essas diferenças surgem na frequência de respostas “*satisfatória*” (pré = 42.9%; pós = 28.6%), e “*adequada*” (pré = 35.7%; pós = 71.4%), não havendo contudo, variação nas categoria “*desadequada*” (pré = 21.4%), tendo os participantes respondido apenas no primeiro momento.

Relativamente à situação 5, quando se questiona a criança sobre o que faria, se imagina que um adulto que ela conhece lhe pedia para lhe dar um beijinho numa parte do corpo que ela não gostasse, verifica-se a existência de diferenças estatisticamente significativas ($MH = -2.50$; $p = .012$). Essas diferenças surgem na frequência de respostas “*satisfatória*” (pré = 42.9%; pós = 28.6%) e “*adequada*” (pré = 28.6%; pós = 71.4%). Por outro lado, não se verifica variação na categoria de resposta “*desadequada*”, tendo os participantes respondido apenas no primeiro momento (pré = 28.6%).

Da análise à situação 6, na qual se questiona a criança sobre o que faria se imaginasse que um amigo seu lhe dizia que tem de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ($MH = 2.24$; $p = .025$). Essas diferenças surgem na frequência de respostas “*desadequada*” (pré = 14.3%; pós = 21.4%), “*satisfatória*” (pré = 14.3%; pós = 35.7%) e “*adequada*” (pré = 64.3%; pós = 35.7%).

Fazendo uma análise descritiva dos restantes itens, constata-se que na situação 1, na qual se questiona a criança sobre se deixaria que o médico lhe mexesse nas suas partes privadas, se imaginasse que estava a brincar e se magoava (por exemplo, no rabo) e os seus pais tivessem que a levar ao médico, não se verifica variação na categoria de respostas “*desadequada*” e “*satisfatória*” (pré = 28.6%; pós = 28.6%) para ambas, enquanto na categoria de resposta “*adequada*”, sofreu uma variação (pré = 35.7%; pós = 42.9%). Contudo não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($MH = -1.0$; $p = .317$).

Relativamente à situação 2, na qual se questiona a criança sobre o que faria, se imaginasse que um adulto que conhecia lhe pedisse para ir a sua casa, para lhe mostrar um jogo novo e lhe dissesse para não contar a ninguém, verifica-se variação nas categorias de respostas “*desadequada*” (pré = 35.7%; pós = 7.1%), “*satisfatória*” (pré = 14.3%; pós = 21.4%), e “*adequada*” (pré = 41.9%; pós = 71.4%). Contudo não se verificam diferenças estatisticamente

significativas ($MH = 1.88; p = .061$).

Por último, na situação 4, na qual se questiona a criança sobre o que faria, se imaginasse que estava a passear e de repente percebia que estava perdida, verifica-se variação nas categorias de respostas, “*desadequada*” (pré = 14.3%; pós = 7.1%), “*satisfatória*” (pré = 35.7%; pós = 28.6%) e “*adequada*” (pré = 50.0%; pós = 64.3%) “*adequada*”, contudo, não se verifica a existência de diferenças estatisticamente significativas ($MH = 1.0; p = .317$).

Em termos globais, estes resultados permitem verificar parcialmente a H3, na medida em que se verificou mais competências nas crianças para saber identificar e agir adequadamente perante uma possível situação abusiva na situação pós-teste, por comparação com a fase pré-teste.

Capítulo VI - Discussão

O presente estudo tinha como objetivo avaliar o impacto de um jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças – “Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” – em pais/cuidadores e respetivas crianças. Mais concretamente, pretendia verificar-se se houve aumento dos conhecimentos sobre o tema, nos pais/cuidadores e nas crianças, bem como se houve promoção de competências nas crianças para saber identificar e agir adequadamente face a uma possível situação abusiva.

Em geral, sabe-se que estudos que analisam o impacto de programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças demonstram benefícios ao nível do aumento dos conhecimentos (Rispen *et al.*, 1997, cit. por Wurtele, 2002) e do desenvolvimento de competências comportamentais (e.g., dizer “não”, fugir e/ou reagir) (Wurtele, 2002), nomeadamente, nas crianças. Em concreto, e atendendo à importância da prevenção primária ou universal, salienta-se a relevância que esta tem, especificamente, junto de pais/cuidadores.

Finkelhor (1984), refere a existência das inúmeras vantagens em direccionar a prevenção do abuso sexual de crianças aos pais/cuidadores. Por um lado, o facto de poder ser aplicada em contexto familiar facilitar a comunicação sobre o tema; por outro lado, o facto de os pais serem mais sensíveis às competências específicas dos seus filhos no que diz respeito à compreensão e aquisição de novas aptidões.

Em termos gerais esperava-se que, o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, se mostrasse eficaz, de forma a traduzir-se no aumento de conhecimentos e de aquisição de competências, através dos objetivos a que se propôs.

Esses objetivos, tal como referido anteriormente, constituem uma variedade de situações, nomeadamente, aprender a identificar contactos físicos adequados e inadequados, aprender a identificar segredos que devem ser guardados e segredos que devem contar-se, a criança conhecer os seus direitos, aprender a identificar diferentes emoções e formas de as expressar, conhecer os perigos que podem estar associados à utilização da Internet e aprender a navegar em segurança, e saber pedir ajuda a um adulto. Os resultados indicam *a priori* que, quer os pais quer as crianças, demonstram conhecimentos acerca da problemática do abuso sexual. No que aos adultos diz respeito, os resultados indicam que, em cerca de metade dos itens (47.6%) não se verificaram diferenças na frequência de respostas da fase pré-teste para o pós-teste, tendo os adultos participantes respondido de forma correta aos itens, em ambos os momentos. Conclui-se que,

face aos resultados, relativamente aos pais/cuidadores, não se verificou aumento dos conhecimentos sobre o tema do abuso sexual de crianças, após jogarem o jogo com as crianças, uma vez que estes já os apresentavam *à priori*. Por exemplo, na afirmação: “*Devemos ensinar às crianças que todos os segredos devem ser guardados*”, todos os participantes, pais/cuidadores, responderam de forma correta, ou seja, falso. Apesar deste aspeto, o jogo pode ser importante a vários níveis. Por um lado, pode promover a discussão e reflexão sobre a problemática e, por outro, pode capacitar os pais/cuidadores a serem mais eficazes na identificação de sinais/sintomas e agir adequadamente perante situações potencialmente abusivas.

Relativamente às crianças, em termos gerais, os resultados obtidos demonstram que estas apresentam mais conhecimentos acerca do tema do abuso sexual na fase pós-teste, por comparação com a fase pré-teste, apesar de na maioria dos itens, as crianças responderam já corretamente no primeiro momento (pré-teste). Excepcionalmente, no item 11 (“*Tenho que obedecer sempre aos adultos.*”), no primeiro momento de avaliação, 85.7% das crianças responde incorretamente e apenas 14.3% corretamente, comparativamente ao segundo momento, em que apenas 28.6% responde incorretamente e sobe exponencialmente para 71.4% as crianças que respondem de forma correta a esta afirmação. Estas diferenças são estatisticamente significativas e, relativamente ao pré-teste, as respostas incorretas podem ser justificadas pelo facto de existirem fatores de risco associados ao abuso sexual, nomeadamente ao nível da comunidade, em que existe a visão das crianças numa perspetiva de posse, e a crença de que as crianças devem obediência total aos adultos (Westcott & Jones, 1999). O facto de, no pós-teste, as crianças acharem que em algumas ocasiões podem dizer não a um adulto, pode estar associado a uma reflexão por parte das mesmas acerca do papel dos adultos, fazendo com que sejam mais críticas e assertivas. Neste sentido, o jogo poderá ter contribuído, de modo a permitir que as crianças se tornem menos vulneráveis aos adultos. Este aspeto, encontra-se em concordância com outros programas, como por exemplo o “*Feeling Yes, Feeling No*”(Hazzard *et al.*,1991), e da avaliação de impacto efetuada, onde se observa um aumento geral de conhecimentos sobre abuso sexual, por parte das crianças, tendo conseguido identificar ações preventivas, sendo uma delas, ao nível do tema “dizer não”.

Deste modo, face aos resultados, conclui-se que as crianças apresentam mais conhecimentos depois de jogarem o jogo, do que aqueles que tinham inicialmente, ainda que não sejam em grande número.

Da análise efetuada, no que diz respeito às competências, nos resultados das respostas à primeira alínea (a) verifica-se que, em cerca de 33% (i.e., duas das seis apresentadas) das situações potencialmente abusivas, não se encontraram variações na percentagem de respostas dadas nos dois momentos de recolha de dados, sendo a resposta destas correta logo na fase pré-teste. Fazendo a comparação entre os dois momentos de avaliação, nomeadamente no que se refere às restantes situações, as crianças apresentam desde logo competências, na medida em que respondem corretamente no primeiro momento da avaliação, ou seja, antes de jogarem o jogo. Contudo, verifica-se um aumento na percentagem de crianças que responde corretamente no segundo momento de avaliação, ou seja, depois de jogarem o jogo, no entanto esta diferença não é significativa.

Quanto aos resultados obtidos nas respostas à segunda alínea (b) (“o que farias?”), em termos gerais verifica-se que as crianças responderam de forma adequada numa primeira fase da avaliação, tendo aumentado a percentagem de respostas adequadas no segundo momento, à exceção da situação 6, na qual se questiona a criança sobre o que faria se imaginasse que um amigo seu lhe dissesse que teria de ter uma rede social (por exemplo, facebook) como ele, para falarem depois da escola, em que se verifica que 64.3% das crianças respondem adequadamente no pré-teste, diminuindo para 35.7% os participantes que respondem de forma adequada no pós-teste. Ainda assim, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na situação 6, mas no sentido inverso. Apesar dos conhecimentos demonstrados acerca dos perigos associados à internet, revelados pelas crianças na primeira alínea (a), em que 71.4% das crianças responde desde logo que não, quando lhes é colocada a questão: “Achas que devias ter uma rede social?”, estas diferenças poderão ser justificadas por considerarem que, o facto de ser um amigo a dizer que teria de ter uma rede social como ele, não ser desadequado para as crianças. Ou ainda, de acordo com Figueiredo (2015), pode prender-se com o facto de este ser um tema difícil para as crianças compreenderem, com atividades que as crianças não conhecem e por existirem alguns conceitos que não compreendem (e.g., rede social, perfil da internet). Este aspeto, poderá relacionar-se com a idade das crianças, sendo que as mais novas poderão sentir mais dificuldades.

Relativamente à situação 3, que remete para o tema “pedir ajuda” a um adulto, na qual se questiona a criança sobre o que faria, se imaginasse que um adulto que a criança não conhece viesse ter com ela e lhe dissesse: “*Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido?*”, verifica-se um aumento no número de crianças que respondem de forma adequada

após jogarem o jogo. Este aspeto pode dever-se ao facto de, no pós-teste, as crianças considerarem que, apesar de terem vontade de ajudar, não ser correto fazê-lo por tratar-se de um adulto que não conhecem. Congruente com este resultado, verifica-se em vários programas, por exemplo, no *“Feeling yes, feeling no”* que, em termos da sua avaliação de impacto, destaca-se a aquisição de competências que lhes permitem distinguir situações normativas de situações potencialmente abusivas (Hazzard *et al.*, 1991; Hazzard, 1993), e ainda o facto de as crianças referirem sentir-se mais seguras e menos preocupadas após a aplicação do programa (Hazzard, 1993).

Relativamente à situação 5, na qual se questiona a criança sobre o que faria se imaginasse que um adulto que ela conhece lhe pedia para lhe dar um beijinho numa parte do corpo que não gostasse, remetendo para o tema “emoções”, e, à semelhança da situação anteriormente mencionada, verifica-se um aumento no número de crianças que respondem de forma adequada após jogarem o jogo. Estes resultados poderão ser explicados, se, as crianças considerarem, no pós-teste, que essa situação as deixaria desconfortáveis e tristes, associando-a a emoções negativas, sendo esse um dos objetivos do jogo, isto é, ensinar as crianças a identificarem diferentes emoções e formas de as expressar, através das atividades das diferentes cartas (e.g., “carta das emoções”), que remetem para situações idênticas.

Face aos resultados obtidos, conclui-se que as crianças apresentam mais competências para saber identificar e agir adequadamente perante uma possível situação abusiva na situação pós-teste, por comparação com a fase pré-teste. Congruente com estes resultados, verifica-se, por exemplo, na avaliação de impacto ao programa *“Red Flag, Green Flag People”*, em que a mesma demonstrou que as crianças revelavam mais competências e respostas preventivas adequadas (Kolko *et al.*, 1989).

Este jogo permitiu assim que as crianças se familiarizassem com conceitos associados ao fenómeno do abuso sexual (e.g., corpo/toques), de forma lúdica, através da exploração dos diferentes temas que compõem as atividades, aprendendo e apreendendo com as mesmas.

Um dos aspetos que consideramos importante neste jogo é o fato de não ensinar explicitamente às crianças o que é o abuso sexual, ou seja, em momento algum se verifica a existência da expressão “abuso sexual”, mas sim, fazê-las participar e compreender os diferentes temas associados ao mesmo. Outro aspeto essencial é, o fato de poder ser jogado por diversas vezes, ao longo do tempo, de modo que essa repetição possa aumentar os conhecimentos e as

competências para gerir e agir adequadamente perante possíveis situações abusivas. De acordo com Topping e Barron (2009), o facto de existirem diversas atividades por tema, resulta da necessidade do jogo ser repetido ao longo da infância, de modo a consolidar conhecimentos e competências nas crianças. Sarno e Wurtele (1997) acrescentam ainda que, para que os jogos de prevenção sejam eficazes, especialmente com crianças mais novas, os mesmos têm de permitir não só dar várias oportunidades à criança para treinar a mesma competência, como também repetir muitas vezes os conceitos mais importantes.

Neste sentido, o jogo de prevenção primária do abuso sexual “Vamos Prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral” permitiu a promoção de competências, nas crianças, bem como, a discussão/comunicação entre pais/cuidadores e crianças.

Estes resultados revelam-se coerentes com a literatura que aponta para o desenvolvimento da capacidade das crianças para identificar toques desadequados, desenvolvendo igualmente nas crianças mais capacidades de resistência, quer ao nível verbal, como por exemplo, dizer “não”, gritar, ou ameaçar revelar o abuso, mas também ao nível comportamental, como fugir e/ou reagir (Wurtele, 2002). Após a participação em programas de prevenção, tal como no desenvolvimento de conhecimentos, estas competências são mantidas mais de um ano (Hazzard et al., cit por Wurtele, 2002).

Desta forma, destacamos a importância do desenvolvimento de materiais desta natureza, de modo a diminuir os casos de vítimas de abuso sexual, salientando a importância da prevenção primária, de forma precoce.

Limitações

Relativamente às limitações deste estudo, importa destacar alguns aspetos.

Em primeiro lugar, salientamos a dimensão da amostra, que se mostrou exígua, constituída apenas por 11 pais/cuidadores e 14 crianças.

Outro aspeto, relaciona-se com o facto de termos tido participantes que acederam ao pedido numa fase inicial mas que, à *posteriori* não responderam ao nosso contacto. Constatámos, que houve algum constrangimento por parte de alguns pais em participar, quando se falava no tema do abuso sexual, ou por não conhecerem exatamente o jogo, ou ainda, de eventualmente terem constrangimentos em jogar o mesmo. No entanto este aspeto poderá ser justificado por se sentirem incapazes de abordar o tema com as crianças, ou por se tratar de um tema tabu,

relacionado com os mitos associados ao fenómeno do abuso sexual. Daí a necessidade de se criarem estratégias e formas de encorajar pais/cuidadores a falarem com os seus filhos sobre a sexualidade e os seus limites (e.g., toques adequados/desadequados), sendo que, através da aquisição destes conhecimentos, o diálogo entre pais e filhos acerca do fenómeno do abuso sexual seja menos constrangedor. Neste sentido, o ideal é criar condições, para que os intervenientes tirem partido de momentos de aprendizagem no contexto familiar, de forma a instruir as crianças (Abel & Harlow, 2001).

Em segundo lugar, o facto de alguns dos participantes terem ficado mais tempo com o jogo do que aquele que lhes foi solicitado em média, o que poderá ter impedido outros tantos de jogarem.

Em terceiro lugar, o facto de não se saber se os resultados seriam diferentes, se os participantes tivesse tido oportunidade para jogar mais vezes, ao longo do tempo, ou seja, teria sido desejável que os participantes tivessem tido mais tempo para poderem jogar mais vezes o jogo, esperando que, dessa forma, se conseguisse um maior aumento dos conhecimentos, quer nos pais/cuidadores quer nas crianças, e ainda, um aumento do desenvolvimento de competências nas crianças, de modo a consolidar quer os conhecimentos quer as competências (Topping & Barron, 2009),.

Esta limitação, remete para um outro aspeto, que poderia ter sido considerado, que seria a existência de três momentos de avaliação em vez de dois, de forma, a que o terceiro momento fosse realizado através de um *follow-up*, por exemplo, dois meses após o pós-teste, de forma a verificar se os conhecimentos e competências se mantiveram, diminuíram ou aumentaram. No que diz respeito às avaliações de *follow-up*, por exemplo, do programa “*Who do you tell*”, as mesmas demonstraram efeitos positivos nas crianças, um maior diálogo entre pais e filhos acerca do programa e de questões sobre a sexualidade (Tutty, 1997).

Outra limitação prende-se com o instrumento, ou seja, apesar de ter sido criado especificamente para o presente estudo com base na literatura acerca do tema do abuso sexual de crianças e adolescentes, o mesmo poderá não ter sido o mais adequado para a população em estudo. Por exemplo, em relação às crianças, sabe-se que, dependendo da idade, poderão ser sugestionáveis, pelo que, poderão ter respondido de forma intuitiva às questões.

Em suma, e apesar dos resultados apresentados não demonstrarem diferenças muito significativas, concluímos que o jogo se mostrou parcialmente eficaz enquanto instrumento de

prevenção primária do abuso sexual de crianças na faixa etária dos seis aos 10 anos. Assim, considera-se que o presente estudo contribuiu para a importância que a avaliação de impacto de materiais de prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes apresenta (e.g., Wurtele, 2002), e estes resultados vêm reforçar a importância da participação de todos os agentes sociais na prevenção primária do abuso sexual, nomeadamente a família, os professores, as crianças, e a comunidade em geral. No entanto, salientar ainda um aspeto importante, que diz respeito ao facto de existirem ainda poucos estudos de avaliação de impacto de materiais de prevenção primária do abuso sexual de crianças, em que os pais/cuidadores estejam ativamente envolvidos.

Doravante, um aspeto que se considera importante em futuros estudos de avaliação de impacto, é a realização de *follow-up*, para que se possa verificar se os conhecimentos e as competências se mantêm ao longo do tempo. Estudos que avaliam o impacto de programas de prevenção, através da realização de *follow-up*, diferem em termos de tempo. Por exemplo, apesar de em estudos de *follow-up* a dois meses, se verificar que as competências adquiridas decrescem ao fim desse período de tempo, ainda assim os resultados mantêm-se superiores relativamente aos do pré-teste (Hebert *et al.*, 2001). Tal como num outro estudo, em que se verifica que, neste caso, ao fim de um ano, em crianças mais jovens, os conhecimentos adquiridos se começam a diluir (Barrick & Barth, 1992).

Salienta-se a importância de avaliar a eficácia dos materiais de prevenção primária do abuso sexual, na medida em que se pretende verificar se, de facto, cumprem os objetivos a que se propõem, nomeadamente se existem diferenças na aquisição dos conhecimentos e/ou competências. Torna-se assim, uma etapa indispensável na prevenção, permitindo a adaptação e divulgação dos materiais ao público-alvo a que se destinam.

Referências

- Abel, G. G., & Harlow, N. (2001). *Stop child molestation: What ordinary people can do in their everyday lives to save three million children*. Philadelphia, PA: Xlibris.
- Agulhas, R. & Anciães, A. (2013). Abuso sexual de crianças e adolescentes: processo de avaliação psicológica forense de agressores sexuais adultos masculinos. In M. M. Calheiros & M. Garrido (Eds.). *Crianças em Risco e em Perigo*. Volume 3. (13-38). Lisboa: Edições Sílabo.
- Agulhas, R., Figueiredo, N., & Alexandre, J. (2016). Jogo de prevenção primária do abuso sexual destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, “*Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral*” Lisboa: Edições Sílabo.
- Alvarez, M. J., Marques-Pinto, A., Miranda G., Melo R., Baptista V., Duarte B., Raimundo, R. & Marôco J. (2010). Avaliação do Projecto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS): Estudo preliminar, *Psychologica*, 52, Vol 1, pp. 231-252.
- Alves, S. M. R. (1995). *Crimes sexuais: “Notas e comentários aos artigos 163º a 179º do Código Penal”*. Coimbra: Almedina.
- Amazarray, M. & Koller, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 98 – 103.
- Aquilino, M.L., & Bragadottir, H. (2000). Adolescent pregnancy: teen perspectives on preventions. *The American Journal of Maternal/Child Nursing*, 25, 192-197.
- Ariés, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima. (2012). Estatísticas APAV: Relatório Anual 2012. Retirado em 18 de Junho de 2015 de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Crimes_Sexuais_2000_2012.pdf
- Bagley, C., & King, K. (1992). *Child Sexual Abuse: The search for healing*. London: Routledge
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International journal of public health*, 58 (3), 469-83.
- Beitchman, J. H., Zucker, K. J., Hood, J. E., DaCosta, G. A., & Akman, D. (1991). A review of the short term effects of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 15, 537–556.
- Beitchman, J. H., Zucker, K. J., Hood, J. E., DaCosta, G. A., Akman, D., & Cassavia, E. (1992). A review of the long term effects of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 16, 101–118.

- Black, D., Heyman, R., & Slep, A. (2001). Risk factors for child sexual abuse. *Aggression and Violent Behavior, 6*, 203-229.
- Blanchard, J. (1996, Abril). *Sexual exploitation*. Trabalho apresentado no Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, Brasília, Brasil.
- Braun, S. A. (2002). *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação*. Porto Alegre: Age.
- Brown, J., Cohen, P., Johnson, J., & Salzinger, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: Findings of a 17 year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect, 22* (11), 1065–1078.
- Burgess, E. S., & Wurtele, S. K. (1998). Enhancing parent-child communication about sexual abuse: A pilot study. *Child Abuse and Neglect, 22*, 1167–1175.
- Cage, R., & Salus, M. (2010). *The role of first responders in child maltreatment cases: disaster and nondisaster situations*. U.S. Department of Health and Human Services.
- Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2006). *O Abuso Sexual de Menores: Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia*. (2ed.). Coimbra, Almedina.
- Chen, J., & Chen, D. (2005). Awareness of child sexual abuse prevention education among parents of grade 3 elementary school pupils in Fuxin City, China. *Health Education Research, 20* (5), 540-547. doi: 10.1093/her/cyh012
- Chen, J., Dunne, M., & Han, P. (2007). Prevention of child sexual abuse in China: Knowledge, attitudes, and communication practices of parents of elementary school children. *Child Abuse and Neglect, 31*, 747-755. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.12.013
- Child Welfare Information Gateway. (2013). *What is child abuse and neglect? Recognizing the signs and symptoms*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau.
- Código Penal (CP) (2007). Coimbra: Almedina.
- Conte, J. R., Rosen, C., Saperstein, L., & Shermack, R. (1985). An evaluation of a program to prevent the sexual victimization of young children. *Child Abuse and Neglect, 9*, 319-328.
- Conte, J. R., (1994). Child sexual abuse: Awareness and backlash. *The future of children, 4*, 224-232.
- Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (2014). *Convenção de Lanzarote*. Lisboa: Editorial do Ministério da

Educação e Ciência

- Cooper, S. J. (1995). *New strategies for free children: Child abuse prevention for elementary school children*. New Jersey: ICAP.
- Cordeiro, F. A. (2006). *Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Editorial: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- Crosson-Tower, C. (2003). The role of educators in preventing and responding to child abuse and neglect. *Child Abuse and Neglect User Manual Series*.
- Currier, L., & Wurtele, S. (1996). A pilot study of previously abused and non-sexually abused children's responses to a personal safety program. *Journal of Child Sexual Abuse, 5*, 71-87. doi:10.1300/J070v05n01_04
- Deblinger, E., Thakkar-Kolar, R., Berry, E., & Schroeder, C. (2010). Caregivers efforts to educate their children about child sexual abuse: A replication study. *Child Maltreatment, 15* (1), 91-100. doi:10.1177/1077559509337408.
- Elrod, J., & Rubin, R. (1993). Parental involvement in sexual abuse prevention education. *Child Abuse and Neglect, 17*, 527-538. doi: 10.1016/0145-2134(93)90027-3
- Faller, K. C. (1987). Women who sexually abuse children. *Violence and Victims, 2* (4), 263–276.
- Faria, T. D, Oliveira P. A. F., & Mendes, R. (2007). O enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes: desafios e caminhos. *Cienc Saude Colet. 12* (5):115-8.
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais de menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- In, Batista, A. L. (2007). *As Representações Sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças e a Decisão de Denúncia numa amostra de profissionais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, especialidade em Psicologia Forense.
- Fergusson D, Lynskey M, Horwood, L. (1996), Childhood sexual abuse and psychiatric disorder in young adulthood, I: prevalence of sexual abuse and factors associated with sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry 35*, 1355–1364.
- Fergusson, D. & Mullen, P. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence based perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Figueiredo, N. (2015). *Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de menores. Lisboa: ISCTE-IUL.

- Filho, L. M., Abreu, V. I., Phebo, L. B., & Calvi, G. (2002). *Abuso sexual, mitos e realidade. Por que?! quem?! como?! O quê?!*. Abrapia: Autores & Agentes & Associados. Retirado de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf
- Finkelhor, D. (1979). *Sexually victimized children*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D. (1980). Risk factors in the sexual victimization of children. *Child Abuse and Neglect*, 4, 265-273.
- Finkelhor, D. (1984). The prevention of child sexual abuse: An overview of needs and problems. *Siecus Report*, 13, 1-5.
- Finkelhor, D., & Redfield (1984). *How the public defines sexual abuse*. In D. Finkelhor (Ed.), *Child sexual abuse: New theory and research* (pp.107-133). New York: Free Press.
- Finkelhor, D. (1993). Epidemiological factors in the clinical identification of child sexual abuse. *Child Abuse Neglect*, 17, 67-70.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 18(9), 409-417.
- Finkelhor, D. & Jones, L. (2004). Why have child maltreatment and child victimization declined?. *Journal of Social Issues*, Vol. 62, N.4, 685-716.
- Fleming, J., Mullen, P., & Bammer, G. (1997). A study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 21(1), 49-58.
- Flitter, J. M. K., Elhai, J. D., & Gold, S. N. (2003). MMPI-2 F Scale elevations in adult victims of child sexual abuse. *Journal of Traumatic Stress*, 16 (3), 269-274.
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16(2), 158-167.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança* [Brochura]. Unicef.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Furniss, T. (2002). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- Gannon, T. A. & Rose, M. R. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory

- and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 442-461.
- Garbarino, J. (1991). Not all bad developmental outcomes are the result of child abuse. *Development and Psychopathology*, 3, 45-50.
- Gibson, L. E., & Leitenberg, H. (2000). Child sexual abuse prevention programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect*, 24, 1115-1125. doi:10.1016/S0145-2134(00)00179-4
- Giovannoni, J. M., & Becerra, R. M. (1979). *Defining child abuse*. New York: Free Press.
- Gonçalves, H. S. (2005). Violência contra a criança e o adolescente. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Eds.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 277-307). Rio de Janeiro: Nau.
- Gordon, R. (1983). An operational classification of disease prevention. *Public Health Reports*, 98, 107-109.
- Gordon, B. & Schroeder, C. (1995) *Sexuality: a Developmental Approach to Problems*. New York: Plenum Press.
- Guerra, V. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso Sexual Infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Vol. 21 n. 3, pp. 341-348*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S. & Koller, S. H. (2011). *A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela Rede de Apoio*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Hall, M., & Hall, J. (2012). *The long-term effects of childhood sexual abuse: Counseling implications*. Retirado de http://counselingoutfitters.com/vistas/vistas11/Article_19.pdf.
- Hazzard, A. (1993). Psychoeducational groups to teach children sexual abuse prevention skills. *Journal of Child and Adolescent Group Therapy*, 3, 13-23. doi:10.1007/BF00973640
- Hazzard, A., Webb, C., Kleemeier, C., Angert, L., & Pohl, J. (1991). Child sexual abuse prevention: Evaluation and one-year follow-up. *Child Abuse & Neglect*, 15, 123-138. doi:10.1016/0145-2134(91)90097-W
- Hebert, M., Lavoie, F., Piché, C., & Poitras, M. (2001). Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child Abuse and Neglect*, 25, 505-522.
- Hensley, B. H., & Soled, S.W. (1993). *Retention of second graders' knowledge and skills one*

- year after a brief primary sexual abuse prevention program. Cincinnati, OH: University of Cincinnati, College of Education.
- Herbert, M., Lavoie, F., & Parent, N. (2002). An assessment of outcomes following parents' participation in a child abuse prevention program. *Violence and Victims, 17*, 335–372.
- Hibbard, R. A., & Zollinger, T. W. (1990). Child Abuse Knowledge Questionnaire.
- Hornor, G. (2010). Child Sexual Abuse: Consequences and implications. *Journal of pediatric health care, 24* (6), 358-364.
- Jacobs, J.E., Hashima, P.Y., & Kenning, M. (1995). Children's perceptions of the risk of sexual abuse. *Child Abuse and Neglect, 19*, 1443-1456. doi:10.1016/0145-2134(95)00092-5
- Jameson, P. A., & Schellenbach, C. J. (1977). Sociological and psychological factors in the backgrounds of male and female perpetrators of child abuse. *Child Abuse and Neglect, 1* (1), 77–83.
- Jones, J. C., Feldman, K. W., Bruckner, J. D. (2004). Child abuse in infants with proximal physical injuries of the femur. *Pediatric Emergency Care, 20* (3):157-61.
- Jumper, S. A. (1995). A meta-analysis of the relationship of child sexual abuse to adult psychological adjustment. *Child Abuse & Neglect, 19* (6), 715–728.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin, 113* (1), 164–180.
- Knight, R. A. & Sims-Knight, J. E. (2005). Testing an etiological model for male juvenile sexual offending against females. *Journal of Child Sexual Abuse, 13*, 33-55. doi: 10.1300/J070v13n03_03
- Knutson, J. F. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: putative risk factors and consequences. *Annual Review of Psychology, 46*, 401-431.
- Kolko, D. J., Moser, J. T., & Hughes, J. (1989). Classroom training in sexual victimization awareness and prevention skills: An extension of the Red Flag/Green Flag People program. *Journal of Family Violence, 4* (1), 25-45.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- López, F. (1999). *La inocência rota: Abusos sexuales a menores*. Barcelona: Océano.

- MacMillan, H. L. (1998). Child abuse: A community problem. *Canadian Medical Association Journal*, 158, 1301–1302.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes*. (vol.2: crianças). Coimbra: Quarteto.
- Malamuth, N. M. (2003). Criminal and noncriminal sexual aggressors: Integrating psychopathy in hierarchical-mediational confluence model. In R. A. Prentky, E. S. Janus, & M. C. Seto (Eds.), *Annals of the New York Academy of Sciences: Vol. 989. Sexually coercive behavior: Understanding and management* (pp. 33–58). New York: New York Academy of Sciences.
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC). *Análise Psicológica*, 3(XXVIII), 409-433.
- Martyniuk, H., & Dworkin, E. (2011). *Child Sexual Abuse Prevention: Programs for Children*. National Sexual Violence Resource Center: EUA.
- Ministério da Administração Interna. (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Administração Interna. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- National Center on Child Abuse and Neglect. (1978). *1978 Annual Review of child abuse and neglect research*. Washington DC.
- Nomerofsky, A. G., Carran, D. T., & Rosenberg, L.A. (1994). Age variation in performance among preschool children in a sexual abuse prevention program. *Journal of Child Sexual Abuse*, 3 (1), 85-102.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Ornelas, J., & Moniz, M. J. (2011). *Parcerias comunitárias*. Lisboa: Edições ISPA.
- Plummer, C. A. (2001). Prevention of child sexual abuse: A survey of 87 programs. *Violence and Victims*, 16, 575–588.
- Pullins, L., & Jones, J. (2006). Parental knowledge of child sexual abuse symptoms. *Journal of Child Sexual Abuse*, 15 (4), 1-18. doi: 10.1300/J070v15n04_01
- Putnam, F. (2003). Ten-year research update review: child sexual abuse. *Journal of the American Academy of child & adolescent psychiatry*, 24, 269-278.
- Ribeiro, M.A., Ferriani, M.G.C., & Reis, J.N. (2004). Violência sexual contra crianças e

- adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad Saúde Pública*. 20 (2):456-64.)
- Rispens, J., Aleman, A., & Goudena, P. P. (1997). Prevention of child sexual abuse victimization: A meta-analysis of school programs. *Child Abuse and Neglect*, 21(10), 975- 987.
doi:10.1016/S0145-2134(97)00058-6
- Rodríguez, L., & Cruz, M. Á. (2013). *Coletas y Verdi. Juego para la Prevención, la Detección y el Tratamiento del Abuso Sexual Infantil*. Madrid: Tea Ediciones.
- Sanderson, C. (2004). *The seduction of children: Empowering parents and teachers to protect children from child sexual abuse*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Santos, S., Pelisoli, C., & Dell’Aglío, D. (2012). Desvendando segredos: Padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In S. Habigzang, L. & Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes* (pp. 55-68). Porto Alegre: Artmed.
- Sarno, J. A., & Wurtele, S. K. (1997). Effects of a personal safety program on preschoolers’ knowledge, skills, and perceptions of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 2, 35-45.
doi:10.1177/1077559597002001004.
- Schermer, J. A., & MacDougall, R. (2013). A general factor of personality, social desirability, cognitive ability, and the survey of work styles in an employment selection setting. *Personality and Individual Differences*, 54, 141-144.
- Self-Brown, S., Rheingold, A., Campbell, C. & Arellano, M. (2008). A Media Campaign Prevention Program for Child Sexual Abuse: Community Member`s Perspectives. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 728-743.
- Simon, V. & Feiring, C. (2008). Sexual anxiety and eroticism predict the development of sexual problems in youth with a history of sexual abuse. *Child Maltreatment*, 13, 2, 167-181.
- Starzyk, K. B., & Marshall, W. L. (2003). Childhood family and personological risk factors for sexual offending. *Agression and Violent Behavior*, 8, 93-105.
- Sylvester, L. (1997). *Talking About Touching: Personal safety curricula (1996 Editions) Preschool to grade 3. Curriculum Evaluation Summary*. Committee for Children: Seattle, WA.
- Tang, C., & Yan, E. (2004). Intention to participate in a child sexual abuse prevention program: A study of Chinese adults in Hong Kong. *Child Abuse & Neglect*, 28, 1187-1197.
- Thomas, D., Flaherty, E., & Binns, H. (2004). Parent expectations and comfort with discussion of

- normal childhood sexuality and sexual abuse prevention during office visits. *Ambulatory Pediatrics*, 4(3), 232-236. doi: 10.1367/A03-117R1.1
- Townsend, C., & Rheingold, A.A., (2013). *Estimating a child sexual abuse prevalence rate for practitioners: studies*. Charleston, S.C., Darkness to Light. Retrieved from www.D2L.org.
- Tutty, L. (1997). Child sexual abuse prevention programs: Evaluating “Who Do You Tell.” *Child Abuse and Neglect*, 21, 869-881. doi:10.1016/S0145-134(97)00048-3
- Tutty, L. M. (2000). What children learn from sexual abuse prevention programs: Difficult concepts and developmental issues. *Research on Social Work Practice*, 10, 275-300.
- Vandiver, D. M., & Walker, J. T. (2002). Female sex offenders: An overview and analysis of 40 cases. *Criminal Justice Review*, 27 (2), 284–300.
- Vilar, D., & Souto, E., (2008). A educação sexual no contexto da formação profissional. *Instituto do emprego e formação profissional*, V 3, 2, p.1-88. São Paulo.
- Walker, C. E., Bonner, B. L., & Kaufman, K. L. (1988). *The physically and sexually abused child. Evaluation and treatment*. London, G.B.: Pergamon Press.
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime, & Law*, 8, 319–351.
- Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior* 11, 44-63.
- Waterman, C. K., & Foss-Goodman, D. (1984). Child molesting: Variables relating to attribution of fault to victims, offenders, and nonparticipating parents. *The Journal of Sex Research*, Vol. 20, N.4, pp 320-349.
- Westcott, H. L. & Jones, D. P. H. (1999). The abuse of disabled children. *Journal Child Psychology Psychiatric*. Vol. 40, 4, 497-506. Cambridge University Press.
- World Health Organization. (1999). *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: World Health Organization.
- World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Wurtele, S. K., & Miller-Perrin, C. L. (1987). An evaluation of side effects associated with participation in a child sexual abuse prevention program. *Journal of School Health*, 57, 228-231.
- Wurtele, S. K., Kast, L. C., Miller-Perrin, C. L. & Kondrick, P. A. (1989). Comparison of

- Programs for Teaching Personal Safety Skills to Preschoolers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol. 57, No. 4, 505-511.
- Wurtele, S. K., & Miller-Perrin, C. L. (1992). *Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Wurtele, S., Kvaternick, M., & Franklin, C. (1992). Sexual Abuse Prevention for Preschoolers: A survey of parent's behaviors, attitudes, and beliefs. *Journal of Child Sexual Abuse*, 1 (1), 113-128.
- Wurtele, S. K., Kast, L. C., & Melzer, A. M. (1992). Sexual abuse prevention education for young children: A comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse and Neglect*, 16, 865–876.
- Wurtele, S. K., & Owens, J. S. (1997). Teaching personal safety skills to young children: An investigation of age and gender across five studies. *Child Abuse and Neglect*, 21, 805-814. doi:10.1016/S0145-2134(97)00040-9
- Wurtele, S. (2002). School-based child sexual abuse prevention. In Paul A. Schewe (Ed.), *Preventing violence in relationships: Interventions across the life span* (pp. 9-25). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Wurtele, S., Moreno, T., & Kenny, M. (2008). Evaluation of a sexual abuse prevention workshop for parents of young children. *Journal of Child and Adolescent Trauma*, 1 (4), 331-340. doi: 10.1080/19361520802505768
- Wurtele, S. (2009). Child Sexual Abuse Prevention, Preventing Sexual Abuse of Children in the Twenty-First Century: Preparing for Challenges and Opportunities. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18, 1-18.



Questionário

Este questionário insere-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, sobre a temática da Prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças. Pretendemos conhecer a sua opinião acerca do abuso sexual de crianças.

Para cada afirmação, pedimos-lhe que coloque uma **cruz (X)** na resposta que mais se aproxima da sua opinião, podendo assinalar **VERDADEIRO**, **FALSO**, ou **NÃO SEI**. Pedimos que responda de forma espontânea e sincera.

Assinale com uma cruz (X) a opção que corresponde à sua resposta.	Verdadeiro	Falso	Não Sei
1. Os adultos devem supervisionar o acesso das crianças à Internet.			
2. Devemos ensinar às crianças que todos os segredos devem ser guardados.			
3. Deve explicar-se às crianças o que se entende por comportamentos sexuais para ficarem mais competentes para lidar com eventuais situações abusivas.			
4. A maior parte das revelações de abuso sexual por parte das crianças é falsa.			
5. Apenas devemos denunciar uma situação de abuso sexual quando temos a certeza que esta aconteceu.			
6. Se a criança fizer um relato muito vago sobre a situação de abuso sexual é porque está a mentir ou fantasiar.			
7. O abuso sexual acontece, acima de tudo, em famílias com baixo nível sócio económico.			
8. Devemos ensinar às crianças que se alguém lhes tocar e elas não gostarem, devem dizer “não”.			

9. Apenas se considera abuso sexual quando existe penetração.			
10. Os agressores sexuais são, na maior parte das vezes, pessoas que a criança não conhece.			
11. O abuso sexual tanto pode ser cometido por homens como por mulheres.			
12. Se a criança disser que alguém próximo/familiar lhe tocou de uma forma que ela não gostou, nem sempre devemos acreditar.			
13. Muitas crianças não revelam uma situação de abuso sexual porque sentem culpa e vergonha.			
14. As crianças devem ser ensinadas a não guardar segredo se alguém tentar tocar nas suas partes privadas.			
15. Se uma criança revela que sofreu abuso sexual e depois nega, é muito provável que seja mentira.			
16. Qualquer criança em idade escolar pode ter acesso a contas de <i>Facebook</i> ou outras redes sociais, na Internet.			
17. Os agressores são pessoas que, no dia-a-dia, apresentam comportamentos normais.			
18. Crianças do sexo masculino raramente são vítimas de abuso sexual.			
19. Falar de abuso sexual com crianças mais novas pode ser traumatizante para elas.			
20. Se a criança consentir não estamos perante uma situação de abuso sexual.			
21. Na maioria das vezes, o agressor recorre à violência física como forma de intimidar a vítima.			

Dados Sociodemográficos

1. Sexo: F M Idade: _____

2. Estado Civil:

Solteiro Casado/União de Facto Separado/ Divorciado Outro

3. Habilitações Literárias:

1º Ciclo 2º Ciclo 3º Ciclo Licenciatura Mestrado Doutoramento

Outro: _____

4. Profissão: _____

5. Grau de parentesco com a criança: _____

6. Número de elementos do agregado familiar: _____

7. Número de crianças no agregado familiar: _____

Para terminar, pedimos que insira as iniciais do seu nome completo e os dois últimos números do seu ano de nascimento.

Exemplo: João Manuel Pereira Batista, nascido em 1972.

Código: JMPB/72

O seu código de identificação: ____/____

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo B



Questionário

Vais encontrar algumas frases que representam ideias de outras crianças. Para cada uma delas gostávamos que nos disseses se achas que elas são verdadeiras ou falsas. Para isso podes colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada; se não souberes, podes escolher a resposta “Não sei”, colocando uma cruz (X).

Assinala com uma cruz (X) a tua resposta.	Verdadeiro	Falso	Não Sei
1. Se me perder na rua ou noutro local, devo pedir ajuda a um adulto.			
2. Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.			
3. Devo pedir ajuda a alguém de confiança quando sinto emoções negativas que me fazem sentir mal.			
4. Posso dar os meus dados pessoais (por exemplo nome, morada, nome da escola) a alguém que eu não conheço.			
5. O meu corpo tem partes privadas que estão protegidas pela roupa interior e que não podem ser tocadas por qualquer pessoa.			
6. Se um amigo meu mais velho me pedir para tirar a roupa e pedir segredo, devo guardá-lo.			
7. Posso encontrar-me pessoalmente com alguém que apenas conheço através da Internet.			
8. Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, devo contar logo a um adulto em quem confio.			
9. Tenho sempre de guardar todos os segredos.			
10. Se um adulto fizer alguma coisa que me faça sentir mal, devo dizer o que sinto a alguém de confiança.			

11. Tenho que obedecer sempre aos adultos.			
12. Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.			

Vais encontrar agora algumas situações e, para cada uma delas, gostávamos de saber a tua opinião. Apenas tens de colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada. Podes responder *SIM, NÃO ou NÃO SEI*.

Para cada situação, pedimos ainda que escrevas o que farias.

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim Não Não Sei

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudarme a encontrar o meu cãozinho que está perdido?”

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Antes de acabares queremos ter algumas informações sobre ti:

Sexo: M F

Data de Nascimento: __/__/__ **Idade:** ____

Ano de Escolaridade concluído: _____

E agora para terminar, gostaríamos que escrevesse as iniciais do teu nome completo e os últimos números da tua data de nascimento.

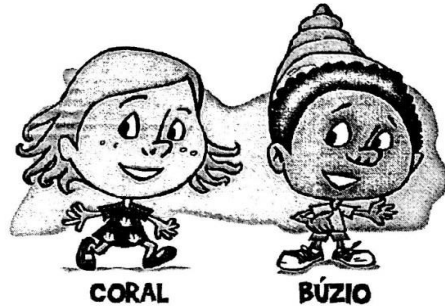
Exemplo: João Manuel Pereira Batista, nascido em 2006

Código: JMPB/06

O teu código de identificação: ____/____

Muito obrigada pela tua colaboração!

Anexo C



'Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral -jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças dos 6 aos 10 anos' (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2016).

No âmbito da Dissertação de Mestrado em 'Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, do ISCTE-IUL, pedimos a colaboração num estudo que visa avaliar o impacto em pais/cuidadores ou técnicos de diversas áreas, e em crianças (6-10 anos).

Para a realização do projeto pedimos a colaboração de pais ou outros cuidadores e técnicos, que se disponibilizem a jogar o jogo com uma ou mais crianças. Quer os adultos, quer as crianças, serão avaliados com um breve questionário antes e depois de jogarem o jogo, por forma a avaliar o impacto do mesmo.

Concordo participar enquanto:

Pai/cuidador: Relação com a Criança: _____

Técnico: Área profissional: _____

Ser contactado pela Equipa de Investigação, através do email e/ou telefone: _____

NOTA: Depois de preenchido entregar no secretariado.

Contactos:

Telma Grazina: telma_grazina@hotmail.com Magda Moita: magda.h.moita@gmail.com

Joana Alexandre: joana.alexandre@iscte.pt Rute Agulhas: rsgas@iscte.pt

Anexo D

Handwritten signature and initials: "Magda" and "16."

Descrição de projeto de Investigação no âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Exms. Srs.,

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, do ISCTE-IUL, vimos por este meio solicitar a colaboração da vossa instituição/colaboradores e pais/cuidadores, num projeto de investigação desenvolvido pelas alunas Magda Moita e Telma Grazina, do 2º ano do referido Mestrado, que pretende averiguar em que medida o jogo *Vamos Prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral - jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças entre os 6 e 10 anos* permite promover conhecimentos e competências que visem a prevenção do abuso sexual em crianças.

O jogo, de prevenção primária, é da autoria de Rute Agulhas, Nicole Figueiredo e Joana Alexandre, será editado em breve pelas Edições Sílabo, e foi já pré-testado com pais, técnicos e crianças dessa faixa etária.

Este jogo tem como objetivo aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças, bem como promover o desenvolvimento de competências para saber identificar e gerir adequadamente este tipo de situações. Simultaneamente, pretende-se capacitar, não apenas as crianças, mas também os adultos que podem assumir diversos papéis na sua vida, para lidar com esta problemática, sabendo identificar e agir adequadamente perante a mesma.

O jogo envolve um tabuleiro com diversas casas, que aludem a um tema geral (mar), no qual duas personagens principais – Búzio e Coral – acompanharão a criança ao longo do mesmo. O jogo desenvolve-se depois através de um conjunto vasto de atividades, que englobam seis temas: 1. Corpo/Toques; 2. Emoções; 3. Dizer Sim/Dizer Não!; 4. Segredos; 5. Internet, e 6. Pedir Ajuda.

O jogo pode ser jogado por pais ou outros cuidadores, e também por técnicos de diversas áreas (professores, psicólogos, técnicos de serviço social, entre outros) que devem jogar o jogo com crianças dos 6 aos 10 anos de idade. O jogo pode ser jogado individualmente, com apenas uma criança, ou com um grupo até 4 crianças.

Para a condução do referido projeto, estamos a pedir a colaboração de pais ou outros cuidadores e de técnicos que se disponibilizem a jogar o jogo com uma ou mais

crianças. Quer os adultos, quer as crianças, serão avaliados com um breve questionário antes e depois de jogarem o jogo, por forma a avaliar o impacto do mesmo.

A participação dos técnicos/pais/cuidadores e das crianças é voluntária, podendo ser retirado o consentimento em qualquer momento desta investigação, sem qualquer tipo de prejuízo para as partes envolvidas.

Não antecipamos quaisquer riscos associados à participação neste estudo, uma vez que apenas são avaliados conhecimentos adquiridos. Por outro lado, esta colaboração permitirá às crianças um contacto lúdico com o tema que, segundo a literatura nacional e internacional, deve ser abordado com crianças desde a idade pré-escolar.

O anonimato e privacidade dos participantes serão totalmente assegurados, não havendo qualquer recolha de dados pessoais que permitam a sua identificação. A equipa de investigação cumprirá as orientações de cariz ético e deontológico que regulam a investigação com seres humanos.

Para qualquer tipo de esclarecimento, contactar:

Telma Grazina: telma_grazina@hotmail.com

Magda Moita: magda.h.moita@gmail.com

Joana Alexandre: joana.alexandre@iscte.pt

Rute Agulhas: rsgas@iscte.pt

A equipa de investigação:

Telma Grazina



(assinatura)

Magda Moita



(assinatura)

Joana Alexandre



(assinatura)

Rute Agulhas



(assinatura)

Anexo E

Exmos. Srs.,

Objetivos

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, do ISCTE-IUL, estão a ser conduzidos dois estudos das alunas Magda Moita e Telma Grazina, sob orientação das Professoras Joana Alexandre e Rute Agulhas. Pretende-se, com estas duas pesquisas, avaliar o impacto de um jogo de prevenção primária do abuso sexual, intitulado *As Aventuras do Búzio e da Coral* (Agulhas, Figueiredo, & Alexandre, 2016) em pais/cuidadores ou técnicos de diversas áreas (psicólogos e educadores) e em crianças em idade escolar (6-10 anos). Por impacto entende-se a aquisição de conhecimentos e competências que visem aumentar as competências de crianças e adultos para uma eventual situação de abuso sexual.

Para a realização dos estudos pedimos a colaboração de pais ou outros cuidadores e técnicos, que se disponibilizem a jogar o jogo com uma ou mais crianças (máx. 4).

Procedimento de recolha de dados

- 1) Após consentimento de contacto, marcação de um local onde se vão encontrar as alunas Telma ou Magda, os adultos (pais/cuidadores ou técnicos) e a(s) criança(s) que vão participar voluntariamente no estudo;
- 2) Assinatura ou entrega de consentimento informado (documento que informa sobre os objetivos e procedimento);
- 3) Aplicação de um questionário de auto-resposta ao adulto e à(s) criança(s) Apresentação do jogo e das instruções; Esclarecimento de dúvidas; Entrega do jogo;
- 4) Sessão de jogo entre o adulto e a(s) criança(s). O jogo deverá ser jogado onde for oportuno;
- 5) Recolha do jogo. Aplicação de questionário ao adulto e à(s) criança(s).

Informação sobre os questionários

O questionário da criança procura avaliar conhecimentos (e.g., habilidade para a tomada de decisão, emoções) e competências e necessárias numa situação de potencial risco (de abuso) ou de revelação de uma situação de abuso.

O questionário do adulto (pais/técnicos) apresenta um conjunto de itens que visam avaliar os conhecimentos que este tem sobre a problemática do abuso sexual e conhecimentos que considera que a criança deve ter em relação à mesma.

Para qualquer esclarecimento, contactar:

Telma Grazina: telma_grazina@hotmail.com; Magda Moita: magda.h.moita@gmail.com

Joana Alexandre: joana.alexandre@iscte.pt; Rute Agulhas: rsgas@iscte.pt

Consentimento Informado

Este formulário de consentimento informado diz respeito à sua participação no projeto de investigação que envolve o teste do jogo 'Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças dos 6 aos 10 anos'.

1. Foi informado do objetivo deste projeto de investigação?
 Sim
 Não

2. Foi informado da forma como pode comunicar com a equipa de investigação caso tenha alguma dúvida ou necessite de algum esclarecimento?
 Sim
 Não

3. Tem algumas dúvidas sobre este projeto de investigação que ainda não tenham sido esclarecidas?
 Sim
 Não

4. A informação que recebeu sobre a investigação é adequada?
 Sim
 Não

5. Foi informado/a que todos os dados são totalmente confidenciais?
 Sim
 Não

6. Foi informado/a que a sua participação na investigação é totalmente voluntária e que pode cessar a sua colaboração em qualquer momento, sem ter que dar qualquer tipo de explicação?
 Sim
 Não

Assim, eu concordo em:

a) Participar na investigação enquanto técnico/a da área profissional

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

b) Participar na investigação enquanto pai/mãe/cuidador

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

c) Ser contacto pela equipa de investigação para iniciar o processo de teste do jogo.

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data: __/__/__

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo G

Dicionário de Categorias Cotação:

Cada resposta é cotada com 2, 1 ou 0, de acordo com critérios gerais de cotação atribuídos a cada questão. Seguem-se os exemplos.

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim Não Não Sei

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas e, ainda, sobre os diferentes tipos de toques e os contextos em que estes podem ser adequados ou desadequados. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Deixava, porque é correto o médico mexer nas minhas partes privadas”; “Deixava, porque estava magoado(a) e o médico ia tratar”; “Deixava porque se tivesse uma ferida, o médico podia tratar”.

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas pouco fundamentado, sobre situações normativas e não normativas, diferentes tipos de toques e contextos adequados e desadequados em que estes podem ocorrer. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada de forma pouco consistente.

Exemplos: “Deixava, mas ficava envergonhado(a)”; “Deixava, mas tinha um bocadinho de medo”; “Enchia-me de coragem e deixava que ele me tocasse”.

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz uma incapacidade por parte da criança em distinguir situações normativas e não normativas, diferentes tipos de toques, ou contextos adequados e desadequados em que estes podem ocorrer. Resposta incorreta.

Exemplos: “Dizia não ao médico”; “Dizia para não mexer”; Dizia não, só a mãe e o pai é que podem tratar”.

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, tipos de segredos e situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Dizia a esse adulto que não ia e contava a alguém de confiança”; “Contava a alguém de confiança”; “Não ia e contava à mãe e ao pai” (ou outro cuidador que se adegue).

Satisfatória: 1 ponto

Este tipo de resposta traduz um conhecimento adequado, mas pouco fundamentado, sobre situações normativas e não normativas, tipos de segredos e situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada de forma pouco consistente.

Exemplos: “Dizia não ao senhor que me convidou, mas não contava a ninguém”; “Dizia que não, e contava a um amigo”; “Dizia que não”.

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz incapacidade em distinguir situações normativas e não normativas, tipos de segredos ou situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda.

Resposta incorreta.

Exemplos: “Ficava de boca fechada”; “Guardava segredo”; Não contava a ninguém”; “Fazia o que ele me pedia”

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudarme a encontrar o meu cãozinho que está perdido?”

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Não ia e contava a alguém de confiança”; “Dizia ao meu pai: podemos ajudar aquele senhor a encontrar o seu cão? “Fugia para o pé do pai e da mãe”.

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta está correta, mas traduz um conhecimento pouco fundamentado sobre situações normativas e não normativas, identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada de forma pouco consistente.

Exemplos: “Contava a alguém porque tinha medo” (não refere adulto de confiança); “Dizia, não posso”; “Avisava a mãe e não ia porque me podia perder”.

Desadequada: 0 pontos

Este tipo de resposta traduz um desconhecimento sobre situações normativas e não normativas, identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas. Resposta incorreta.

Exemplos: “Ele dizia-me onde tinha visto o cão pela última vez e eu ia ver se ele lá estava”; “Ajudava-o”.

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Pedia ajuda a um polícia”; “Pedia ajuda a um segurança”; “Pedia ajuda a um polícia e dava o número de telefone do pai e da mãe”.

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta está correta mas traduz um conhecimento pouco fundamentado sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada de forma pouco consistente.

Exemplos: “Pedia ajuda a um adulto”; “Pedia ajuda a quem estivesse mais perto de mim”.

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta não traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança. Resposta incorreta.

Exemplos: “Perguntava a alguém onde estava” (sem fazer referência ao fato de ir pedir ajuda a um adulto como forma de resolver a situação); “Dizia onde é a minha casa e pedia para me levarem lá” (incapacidade para identificar uma potencial situação de perigo, ao pedir a alguém desconhecido para o(a) levar a casa).

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado e fundamentado sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas, e ainda, como dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Dizia que não, ia-me embora e contava à mãe e ao pai” “Não dava o beijinho, e ia logo contar a alguém de confiança”.

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta está correta mas traduz um conhecimento pouco fundamentado sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas,

como dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada mas de forma pouco consistente.

Exemplos: “Contava à mãe e ao pai”; (apesar de não referir que não dava); “Contava a alguém” (não refere adulto de confiança).

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta não traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas, dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança. Resposta incorreta.

Exemplos: “Não contava a ninguém”; “Guardava segredo”; “Fugia da pessoa” (sem fazer referência a mais nada).

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, *facebook*), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado e fundamentado sobre situações normativas e não normativas, e ainda, sobre os perigos associados à utilização da internet. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplos: “Dizia que não, porque não tinha idade para ter uma rede social”; “Dizia que não, porque só posso ter quando for crescido (a)”; “Dizia que não, porque sou muito novo (a), e contava a um adulto de confiança”.

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta está correta mas traduz um conhecimento pouco fundamentado sobre situações normativas e não normativas e sobre os perigos associados à utilização da internet. Resposta adequada mas não fundamentada, ou fundamentada de forma pouco consistente.

Exemplos: “Dizia que não”; “Ignorava e não instalava o *facebook*”.

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta não traduz um conhecimento sobre situações normativas e não normativas, nem sobre os perigos associados à utilização da internet. Resposta incorreta.

Exemplos: “Instalava para podermos falar”; “Falava, mas só com ele”; “Dá jeito, para falar com alguns amigos que estão longe”.